

# REVISTA MUNICIPAL

ANO XXII — NÚMERO 89 — 2.º TRIMESTRE DE 1961

### PREÇÁRIO DA REVISTA

Preço avulso .....	12\$50
Números duplos .....	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) .....	40\$00



### DEPOSITÁRIO GERAL

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telef. 2 57 11



### CORRESPONDÊNCIA

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Praça do Município — Telef. 36 29 51

# REVISTA MUNICIPAL



DIRECTOR

*HENRIQUE MARTINS GOMES*

•

ASSISTENTE GRAFICO

*JOSE ESPINHO*

DESENHOS DE

*BERNARDO MARQUES*

*CARLOS RAFAEL*

*JOÃO VELEZ*

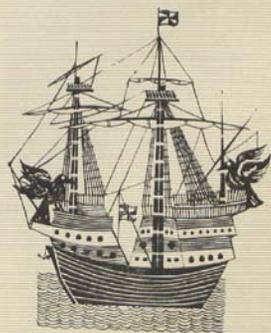
*JOSE ESPINHO*

*LEONILDO DIAS*

CAPA DE

*JOÃO VELEZ*

*LEONILDO DIAS*



# SUMÁRIO

*A IGREJA DE S. JULÃO E O SEU PATRONO (CONTINUAÇÃO)*  
MÁRIO COSTA

*A XI EXPOSIÇÃO NACIONAL DE FLORICULTURA*

*A ENTRADA SOLENE DAS RELÍQUIAS DO SANTO CONDESTÁVEL  
NA CIDADE DE LISBOA*

*O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES (CONTINUAÇÃO)*  
FERREIRA DE ANDRADE

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

*A VEGETAÇÃO DE LISBOA E OS SEUS PARQUES E JARDINS*  
JOSÉ PULIDO GARCIA

*C TURISMO E A ILUMINAÇÃO ARTÍSTICA EM LISBOA*  
PEREIRA MARQUES

*PARQUE DE TURISMO E DE CAMPISMO DE LISBOA*  
ABREU NUNES

*A PRIMEIRA REPORTAGEM SOBRE LISBOA E ARREDORES*  
MÁRIO PIRES

HORS-TEXTE — PANORAMA DE LISBOA





OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES





## A IGREJA DE S. JULIÃO E O SEU PATRONO

### UMA FREGUESIA QUE LISBOA PERDEU

(Continuação do número anterior)

Ao desabar sobre o nosso país, o calamitoso sismo de 1755 — como diz fr. António do Sacramento<sup>(32)</sup>, que foi testemunha presencial —, toda a igreja veio a terra, com a torre dos sinos. «Ficarão mortas debaixo das ruínas mais de seiscentas pessoas e quatorze sacerdotes nos altares; nós, que estávamos na sacristia pequena de abobeda atraz do altar-mor, para prégar, escapamos e estivemos prisionados debaixo de entulhos trez horas, e o nosso companheiro morreu ajudando a hua missa. O Santissimo Sacramento ficou libre de ruinas no Sacratio; porem o fogo depois queimou as especies sacramentais. Também ficou libre de ruinas hum Senhor crucificado de grande veneração; o fogo também o queimou».

5

(32) História da ruina da Cidade de Lisboa.

Francisco Luís Pereira de Sousa, investigador muito proveitoso, arrancou a um manuscrito do padre Manuel Portal<sup>(83)</sup>, as seguintes preciosas informações, que transcreveu num dos seus trabalhos<sup>(84)</sup>:

«A primeira (*das freguesias caídas ou arruinadas*) que me ocorre he S. Julião que com tremor começou a gente a fugir para o adro da dita igreja, a qual de huma parte rodeavão cazas, e da outra huma Capella de bastante grandeza sentada em cima do Xafariz dos Cavallos. Ao mesmo tempo, que a gente que era muita hia fugindo cahio a Igreja, e no adro cahirão as cazas sepultando quasi toda a gente, e a Capella cahio ao mesmo tempo sobre o dito Xafariz sotterando o Sacerdote, que estava dizendo Missa, com os mais, que estavão assistindo ao Santo sacrificio ouvindo-se pellos poucos, que escaparão das ruinas os gritos ays sentidissimos, e gemidos de muitos que ficavão agonisando, e com pernas e braços quebrados, aos quaes não podião que outros socorrer pelo perigo evidente da morte a que se exporião sem tirarem fructo do seu trabalho».

E mais adiante:

«A freguesia de S. Julião foy a Igreja que mais padeceo no terramoto, como já disse: porem entrando nella o fogo padeceo o mayor estrago à proporção. Queymarão todos os ornamentos, armações, frontaes, prata, Imagēs Sagradas. Salvou-se só a Imagem de N.ª S.ª das Candeias, que estava em huma caza do despacho, ainda que dentro da caza andou o fogo. Salvou-se também o Cartorio dos Clerigos, o qual se achou em hum armario que estava metido em huma parede.»

O padre Manuel Portal, que noutro passo do seu relatório, dá como tendo igualmente escapado, a «fabrica e a capella da Confraria de S. Antonio», pouco mais poud acrescentar, estribando-se nesta afirmação: «Não existe a *Memoria Paroquial* da freguesia de S. Julião (em que havia 1600 fogos e 7016 almas), nem tão pouco o *Livro do Registo dos Óbitos*, relativos à época do terremoto».

★

Reduzida a cinzas toda a opulência deste famoso templo, considerado o mais notável depois da Matriz — como confirma o padre João Baptista de Castro — houve que fazer uma edificação de emergência, e ergueu-se no Terreiro do Paço uma simples barraca de madeira, até que se levantou uma capela, de «frontal muito decente», com cinco altares, e se inaugurou a 8 de Janeiro de 1758, à custa de esmolas a que concorreram o prior, beneficiados e alguns devotos.

6

<sup>(83)</sup> O terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal.

<sup>(84)</sup> *Memórias curiosas sobre o estado em que por estes annos de 1778, se achão as principais cousas da corte de Lisboa*, pág. 58. Trata-se dum valioso manuscrito deixado pelo autor e adquirido em leilão por Mestre Vieira da Silva, que deu à publicidade em Agosto de 1929.

Depois, planeada a reedificação da cidade, fixou-se o novo local onde devia fazer-se a definitiva reconstrução da paróquia de S. Julião, sendo designado o chão onde estivera a antiga Igreja Patriarcal, desbaratada também pelo terremoto, e que fora antes o chamado sítio da Judiaria Nova ou Pequena.

O terreno escolhido pelos engenheiros de Pombal ficou delimitado a poente pelo Largo de S. Julião, a norte pela rua do mesmo nome e do lado sul pela Rua Nova de El-Rei. Dirigiu as obras, o architecto Honorato José Correia<sup>(85)</sup>, o mesmo que levantou a planta geral da cidade em 1785.

Em 1778, ainda a nova igreja, já com paredes, estava em menos de metade, assim o garante o citado frade franciscano António Sacramento, que encerra a informação, opinando: «será preciosa, mas escura». Pouco tempo depois, em 1783, um relatório enviado à rainha D. Maria I, deixava transparecer melhores perspectivas:

«A nova Igreja está feita até à Simalha; para se acabar o que falta, segundo a avaliação dos mestres, são necessários mais de Sincoenta mil Cruzados. Até o presente tem-se gasto trinta e Sinco Contos, trezentos quatro mil, Seis Centos, e quinze r.<sup>o</sup> procedidos do rendimento das Capellas, e legados pios, que importa annualmente hum Conto, e Cessenta, e Oito mil r.<sup>o</sup>. A terça parte dos Dizimos importará hum anno por Outro, trezentos sincoenta, até quatro Centos mil r.<sup>o</sup>.»<sup>(86)</sup>

Aproveitaram-se alguns materiais do demolido Convento de S. Francisco, principalmente o retábulo e as duas colunas do altar-mor, esculpidas em mármore do Tojal.

Por conter certo interesse, transcrevemos este apontamento, tomado por autor desconhecido, num canhenho manuscrito, datado de 1837:

«A Estatua equestre da Praça do Commercio de Lisboa foi fundida com o bronze de um grande sino da egreja de S. Julião d'esta Cidade, o qual tinha cahido pelo Terramoto de 1755; e ainda ha memoria de um Çapateiro que estabeleceu sua loja, e trabalhava dentro deste sino.»

«Pela inauguração da Estatua appareceu um pasquim, que dizia:

«Já fui sino, fui badalo,  
«Hoje sou Rei, sou Cavallo.»

A fachada principal do templo foi revestida de cantaria, antepondo-se-lhe um pequeno adro, guarnecido a toda a volta de alguns marcos de pedra, conforme nos mostra Gonzaga Pereira, em seu *Monumentos sacros de Lisboa em 1833*, acabado de escrever em 1840, desenho do autor, reproduzido em litografia por António José

---

<sup>(85)</sup> Foi este artista que, em 1812, apresentou o projecto de um monumento para ser levantado no Rossio, com as effigies (não se sabe se em relevo se em vulto) de el-rei D. João VI e Jorge III de Inglaterra. 7

<sup>(86)</sup> Relatório à Rainha D. Maria I pelo Juiz Executor da Bulla das Collectas, Desemb.<sup>or</sup> Manoel Joaquim da Silva (*Ruas de Lisboa*, por Gomes de Brito, vol. 3.<sup>o</sup>, pág. 157).

Pedroso. Assim, o gradeamento, que ainda hoje se vê, é de época posterior, certamente contemporâneo da data da completa reedificação que o templo posteriormente sofreu. No altar-mor, com os retábulos laterais guarnecidos de magníficos quadros do pintor Pedro Alexandrino, de quem eram igualmente as pinturas do tecto, estavam sobre duas mísulas, as imagens dos padroeiros, esculpidas em pedra. As outras oito capelas também ficaram bem decoradas, recebendo novas imagens, com as já históricas invocações.

As obras só foram dadas por concluídas em 1810, mas, devido em grande parte aos esforços do prior José Filipe de Sousa Pinto, o culto desta freguesia passou para a nova igreja, no dia 4 de Julho de 1802, com trasladação processional do SS. Sacramento e missa solene com música vocal e instrumental, em que tomaram parte distintos artistas italianos, da orquestra da rainha, dirigidos pelo maestro José Francisco Barbosa, figura prestigiosa da Irmandade de Santa Cecília, que chegou a secretariar, e que, à sua conta, recebeu de honorários, a quantia de 3\$200 réis, sendo a despesa total de 190\$800 réis.

Poucos anos depois, a 4 de Outubro de 1816, no decorrer das solenes exéquias por alma de D. Maria I, o fogo pegou a toda a igreja, perdendo-se tudo, com excepção da pia baptismal, que era dos primeiros tempos, feita em Roma, de mármore de Carrara.

O Marquês de Fronteira, que assistiu de perto ao incêndio, deixou dito que o sinistro ameaçou a cidade baixa de ser devorada pelas chamas<sup>(37)</sup>.

E a paroquial teve que acolher-se à ermida de Nossa Senhora da Oliveira, sua antiga vizinha, ao tempo já reedificada na Rua de S. Julião, a nova artéria traçada em obediência ao plano de Pombal.

\*

Após a catástrofe de 1816, a Arquiconfraria do SS. Sacramento da Real Igreja de S. Julião procedeu à compra do terreno e mandou levantar nova casa para o seu padroeiro, para o custeamento da qual, além do socorro prestado pela «Comissão auxiliadora das obras da Igreja de S. Julião», se formou, em 1844, uma «Companhia de Capitalistas mutuantes de Fundos», tomando o título de «Companhia Prestável», e que adiantou a quantia de dezasseis contos de réis, com a garantia de hipoteca dos prédios pertencentes à Arquiconfraria.

Autorizada a operação pela rainha Senhora D. Maria II, em 14 de Outubro, ficou ao Governo Civil a incumbência de «velar por que os dinheiros procedentes deste empréstimo sejam efectivamente e sem demora aplicados às obras a que se destinam, e que as mesmas obras sejam feitas por arrematação geral ou parcial em hasta pública, e com todas as solenidades da Lei».

8

---

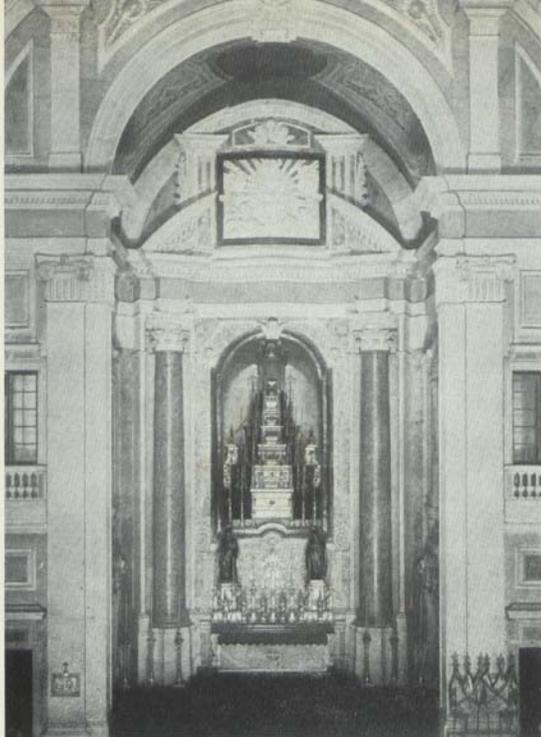
(37) *Memórias*, vol. 1.º, pág. 157.

FACHADA PRINCIPAL



PERSPECTIVA DA ANTIGA IGREJA E SEUS ANEXOS DO LADO DA RUA DO COMÉRCIO





A L T A R - M O R



ASPECTO DA CAPELA-MOR (LADO SUL)

Continuando as dificuldades, «não lhe sendo possível levar a efeito a reedificação a que está procedendo daquela Igreja por lhe faltarem os precisos meios para que fique toda construída de cantaria, conforme foi começada», solicitou a Arquiconfraria a concessão de «parte da pedra de cantaria da Igreja do extinto Convento de S. Francisco», ao que a Soberana anuiu, ordenando que o Governo Civil de Lisboa pusesse à disposição da dita Arquiconfraria «o retábulo, duas colunas, as tribunas e toda a mais cantaria aproveitável da Capela Mor».

Mais tarde, para a liquidação do empréstimo, foi a Arquiconfraria autorizada a alienar todos os seus prédios, com excepção do que ficava anexo à igreja.

As obras começaram em 20 de Março de 1824 e só findaram em 7 de Outubro de 1854. O longuíssimo tempo que duraram dá bem a ideia das dificuldades materiais, que a cada passo surgiam, e, para suprir muitas delas, recomendou D. João VI, ainda no Brasil, em data de 9 de Dezembro de 1819, aos governadores do Reino, a pedido do respectivo prior, P.º Sousa Pinto, a concessão de uma lotaria «enquanto durar a obra».

Francisco António Martins Bastos, também nascido na freguesia de S. Julião em 1799, e que foi professor dos filhos da rainha D. Maria II, latinista e escritor de nomeada, acobertando-se com as iniciais F. A. M. B., escrevia em 1842:

«Com efeito o corpo da igreja está pronto de cantaria, e com melhor gosto do que a arquitectura do que ardeu; o arco cruzeiro acha-se concluído, mas a capela mor é objecto de grandíssima importância, e que só ela deverá gastar quase tanto dinheiro como o que se acha feito. Parece que para dar mais prontamente fim a esta obra, tem determinado a arquiconfraria se faça a capela de estuque, o que na verdade é muito irregular à vista de magnificência do resto da igreja, mas como isto há-de ser decidido em junta grande é provável que seja rejeitado»<sup>(88)</sup>.

A reedificação foi desenhada por mestre Sebastião (?), e os operários canteiros trabalharam sob a direcção de mestre Francisco de Sales, que tinha ao tempo oficina na Rua de S. Julião, como informa o sr. Pastor de Macedo<sup>(89)</sup>, sendo componente duma família de igual apelido, que até aos nossos dias deu artífices da mesma especialidade, um dos quais, Germano José de Sales, teve a seu cargo todos os trabalhos de cantaria dos actuais Paços do Concelho.

Norberto de Araújo, quando por aqui passou nas suas *Peregrinações em Lisboa*, já encontrou esta igreja encerrada ao culto, e por isso apenas deu nota cronológica do seu levantamento e reedificação.

Cabe-nos, pois, investigar.

---

<sup>(88)</sup> *Fundação da Real Freguesia de S. Julião (O Ramallete, vol. 5.º).*

<sup>(89)</sup> *Lisboa de lés a lés, vol. 4.º, pág. 263.*

Este templo, de uma só nave, ficou com a disposição anterior, isto é, com a entrada principal do lado poente. Às suas três portas, correspondiam outras tantas janelas, na altura do coro.

O baptistério, todo novo, recolheu a pia baptismal, de mármore de Carrara, que escapara de duas calamidades, o terramoto e o incêndio, e é tradição ter servido no baptisado do futuro rei D. Sebastião. Júlio de Castilho não se pôs de acordo com tal notícia, dando como certo que essa cerimónia teve lugar no oratório particular do Paço da Ribeira, em 27 de Janeiro de 1554<sup>(40)</sup>.

Ainda no baptistério, é de citar o retábulo, onde se fixava um quadro de opulento colorido, pintado por António Manuel da Fonseca, representando o baptismo de Cristo. De Pedro Bord eram os formosos ornatos.

O tecto da igreja expressava a glória de S. Julião, na pintura de José Francisco Lioti, sendo de Joaquim Rafael os quadros e as figuras dos Apóstolos.

Sobre o altar-mor viam-se as novas imagens de S. Julião e Santa Baziliza, agora modelados em madeira, seguindo-se as duas capelas do arco do transepto, dedicada ao SS. Sacramento, a do lado do Evangelho, e pertencente à Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães, a do lado da Epístola, com um quadro representativo do patrono e a imagem do Senhor dos Passos.

As cancelas douradas destas duas capelas, bem como o guarda-vento da entrada, vieram da igreja patriarcal da Ajuda, e, após a secularização do Convento da Boa-Hora, ao Chiado, deu entrada nesta igreja grande número de objectos do culto religioso, cedência que S. E. o Cardeal Patriarca confirmou, conforme provisão de 7 de Janeiro de 1836.

Nos restantes seis altares laterais expunham-se as imagens do Senhor Jesus dos Serigueiros, Senhora da Boa-Hora, Santa Catarina, Nossa Senhora das Dores, Santo António e Santa Rita, sendo esta a de maior devoção, muito festejada todos os anos.

Era outra a distribuição das imagens principais, por estes seis altares, na data em que a igreja fechou definitivamente ao culto, como adiante se diz. Do lado da Epístola: Santo António, Santa Rita de Cássia e Nossa Senhora de Fátima; e do lado do Evangelho: Santa Catarina, Nossa Senhora da Boa Hora (transferida do antigo convento do mesmo nome) e Sagrado Coração de Jesus.

Na sacristia do lado Norte (para serviço da Irmandade), ficava o altar de Santa Bárbara, e, na que se expunha ao Sul (destinada ao Clero), venerava-se S. Sebastião.

O regresso ao novo templo fez-se antes de concluídas as obras, em 22 de Outubro de 1853. A 14 de Outubro do ano seguinte, efectuou-se a visita de inspecção da qual foi lavrado o respectivo auto, em que se disse que a igreja estava «completa e sumptuosamente reedificada»; em 15, realizou-se a benção solene, depois do que se abriram as portas «para a entrada dos Fiéis, que em grande número assistiram ao Santo Sacrificio da Missa»;

(40) *A Ribeira de Lisboa*, vol. 2.º pág. 211.

em 21 procedeu-se à trasladação do SS. Sacramento, que saíu da ermida da Oliveirinha, em procissão solene; e em 22, como Acção de Graças, teve lugar a festividade máxima, pregando o padre Malhão (Francisco Rafael da Silveira Malhão, 1794-1860), considerado o maior orador sagrado do seu tempo, notável pela sua erudição e humildade, só comparado aos padres António Vieira e Manuel Bernardes.

Assistiram à cerimónia, el-rei D. Fernando e os príncipes seus filhos.

A data da sagração do templo, os sinos continham-se num engradado de madeira, do lado da Rua Nova de El-Rei, e assim estiveram até que se construiu a torre, então dotada com um bom carrilhão. Os novos sinos foram benzidos antes de colocados no lugar definitivo, os primeiros onze, ainda na oficina onde se fez a fundição (Rua do Vale de Santo António, n.º 156), procedendo-se ao acto em 11 de Agosto de 1870, e nele tomou parte o bispo de Angola e Congo, D. José Lino de Oliveira, coadjuvado pelo prior da freguesia, P.º Francisco José de Sousa, pelo mestre de cerimónias de S. Julião, P.º Manuel António Godinho e outras autoridades da Igreja. Os dois sinos restantes receberam a benção em 11 de Dezembro do ano seguinte, na própria sacristia, tendo intervido o bispo titular de Angola, D. Joaquim Moreira Reis.

A benção de cada um dos treze sinos fez-se com intenção e significado especiais, prestando honras, pela sua ordem, ao SS. Sacramento, à Imaculada Conceição, a S. Julião, Santa Baziliza, S. José, S. Pedro, S. Bartolomeu, Santo António, S. Sebastião, Santa Bárbara, Santa Rita de Cássia, Santa Catarina e S. Bento.

A tais instrumentos, de timbre mavioso, que os Anjos ouvem no Céu, rendeu Júlio de Castilho uma comovida homenagem, em verso. Aqui ficam a primeira e a última estâncias:

Não sei dizer que saudades  
me acordam no coração  
Aquelas vozes de prata  
dos sinos de São Gião.

.....  
Oh! campanário bendito!  
Quanto te deve a minh'alma  
ninguém o sabe, nem eu;  
mas sei que sabes falar-me  
numa linguagem do Céu;  
e que ao vir de longes terras,  
das ilhas de além do mar,  
e ao subir o Tejo um dia,  
debruçado na amurada,  
o que eu entre tudo ouvia  
era, por longe, esfumada  
como as brumas da amplidão,

entre o rumor da Ribeira,  
e o retroar da cidade,  
a voz minha companheira,  
a voz toda ela saudade  
a voz sabida e caseira  
dos sinos de São Gião.

Maio de 1884.

★

Atendendo ao conjunto de tradições que em si fortemente radicou, merece uma mais desenvolvida referência, a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães, cuja origem parece reportar-se ao decorrer do século XIII ou do seguinte, na sua qualidade de continuadora dos irmãos da Capela dos Bombardeiros (artilheiros alemães), que se integraram na primitiva igreja de S. Julião, com direito à sétima parte do templo. Chegou, por isso, a instituição a intitular-se «Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães, existente na sétima parte da Paroquial Igreja de S. Julião desta cidade».

Usufruindo altar próprio, competia-lhe cinco capelães, segundo conta o padre Castro: o primeiro, com a obrigação de confessor, auferia o rendimento de cem mil réis, e, cada um dos restantes, cinquenta mil réis<sup>(41)</sup>.

Esta Irmandade, desde a origem considerada uma corporação canónica e dotada de personalidade jurídica, gozava de grande prosperidade e fama. De posse de património valioso, praticou a caridade, estendendo a sua protecção aos alemães necessitados, não distinguindo entre católicos e protestantes, mesmo antes de estes disfrutarem de maioria na colónia alemã. Por vezes sustentou um hospital consagrado ao Apóstolo S. Bartolomeu e até o rei D. João II, em 1495, concedeu um privilégio especial à instituição, confirmado em 1498 por D. Manuel I. Tomou parte em todas as festividades nacionais, promovendo solenes exéquias por alma dos soberanos, até à morte de el-rei D. Luís I. A 24 de Agosto comemorava solenemente o dia do patrono, data em que tinha lugar a eleição dos membros da Mesa. Era tão grande a distinção em que os soberanos tinham esta Irmandade, que uma imagem de S. Bartolomeu foi oferecida pela rainha D. Leonor, terceira esposa de D. Manuel I.

Ligada por velhos laços, a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães andou sempre colada à igreja paroquial de S. Julião, e só grandes e imponderáveis acontecimentos desligaram, por vezes, a corporação do templo sagrado.

A primeira separação, verificada em consequência do terramoto de 1755, levou a Irmandade para a igreja do convento de S. João Nepomuceno dos padres carmelitas alemães, donde saiu para ingressar na nova igreja de S. Julião, logo que se deu por concluída a sua edificação, que o incêndio de 1816 terrivelmente abalou, e mais uma

---

(41) *Mapa de Portugal.*

ASPECTO DA CAPELA-MOR (LADO NORTE)



PINTURAS DO TECTO  
DO CORPO CENTRAL DA IGREJA





CAPELA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO



IMAGEM DO SENHOR JESUS DOS PASSOS,  
ERECTA NA CAPELA  
DE S. BARTOLOMEU DOS ALEMÃES

vez a Irmandade ficou sem casa, tendo que seguir o caminho da freguesia mãe e entrar na capela de Nossa Senhora da Oliveira. Após a sua reconstrução, voltou para o antigo templo, domicílio que perderia uma vez mais, em 1934, quando a igreja encerrou as portas para todo o culto religioso, acolhendo-se outra vez na ermida da Oliveirinha.

Mal acomodada nesse pequeno templo, sem compartimentos adequados, em 27 de Março de 1939 deliberou a Irmandade solicitar da antiga Arquiconfaria do SS. Sacramento da Freguesia Real de S. Julião, já erecta na nova igreja de Nossa Senhora de Fátima, e que por isso já se denominava Arquiconfaria do SS. Sacramento das freguesias de S. Julião e Nossa Senhora de Fátima de Lisboa, a solicitar — dizíamos — a sua integração no novo templo das Avenidas Novas, que se considerava o sucessor do que estava destinado a demolição.

Foi, porém, na citada capela de Nossa Senhora da Oliveirinha, que a Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães se viu atingida pelos efeitos da derrota do seu país, ficando sujeita ao cumprimento das disposições legais então impostas pelas circunstâncias<sup>(42)</sup>.

Outras foram as inconstâncias por que passou esta Irmandade. Na primeira hora da publicação da lei da separação<sup>(43)</sup>, viu todos os seus bens arrolados e inventariados, embora mais tarde restituídos. E, durante a primeira grande guerra, quando Portugal em 1916 rompeu as hostilidades com a Alemanha, a nova apreensão se procedeu, com base nas disposições então decretadas<sup>(44)</sup> e a fiscalização dos móveis e imóveis foi entregue à Intendência dos Bens Alemães<sup>(45)</sup>, até que, em 10 de Agosto de 1916, se deu a dissolução da Irmandade, e tudo passou para a Assistência Pública do Distrito.

Firmado o Tratado de Paz de Versailles<sup>(46)</sup> e aprovado este pela Assembleia Nacional<sup>(47)</sup>, foi declarado findo o estado de guerra com a Alemanha<sup>(48)</sup>. E, «em atenção aos fins caritativos» da Irmandade, todos os seus bens lhe foram restituídos<sup>(49)</sup>.



Voltamos a 1945, já finda a conflagração mundial, quando vigorava o Decreto n.º 34 600, de 14 de Maio do mesmo ano, que sujeitou a regime especial as cousas mobiliárias, em poder de pessoas singulares ou colectivas de nacionalidade alemã, de algum dos países aliados da Alemanha ou ocupados pelo mesmo país.

---

(42) Decreto-Lei n.º 34 455, de 22 de Março, e n.º 34 600, de 14 de Maio de 1945.

(43) Decretada em 20 de Abril de 1911.

(44) Decretos-Leis n.º 2350, de 20 de Abril e n.º 2355, de 23 de Abril de 1916.

(45) Decreto-Lei n.º 2366, de 4 de Maio de 1916.

(46) Em 28 de Junho de 1919.

(47) Lei n.º 962, de 2 de Abril de 1920.

(48) Decreto n.º 6515, de 6 de Abril de 1920.

(49) O Decreto-Lei n.º 7978, de 20 de Janeiro de 1922, designou a interessada por «Sociedade de Beneficência de S. Bartolomeu», e o Decreto-Lei n.º 11 582, de 16 de Abril de 1926, rectificou para «Irmandade de S. Bartolomeu dos Alemães em Lisboa». O Decreto-Lei n.º 11 887, de 6 de Junho de 1926, concedeu personalidade jurídica às corporações encarregadas do culto de quaisquer agremiações ou confissões religiosas.

Com o início da intervenção oficial, e a pedido dos serviços competentes, o Governo Civil, por intermédio da Direcção-Geral da Assistência, mandou inspecionar a situação da Irmandade, que foi considerada irregular, sendo dissolvida a Mesa, e, com o encargo de gerir os interesses da instituição, foi nomeada uma comissão administrativa (Alvará de 11 de Novembro de 1945), composta das seguintes individualidades: o Dr. Joaquim José de Paiva Corrêa (advogado), o Dr. Fernando Dias Andrade (médico) e o Dr. Manuel Carlos Martins (professor).

Não tendo chegado a reunir uma assembleia geral convocada para 30 de Dezembro seguinte, destinada a eleger a nova Mesa, foi designado pelo sr. Ministro do Interior (despachos datados de 10 de Maio de 1948 e 31 de Março de 1951), que aquela comissão administrativa continuasse no exercício das suas funções, até que se esclarecesse a situação jurídica da Irmandade e a dos seus bens abrangidos pelo decreto regulador da situação.

Ainda outras convocações foram ordenadas (despachos de 27 de Fevereiro e 8 de Maio de 1954), mas sem finalidade, encarando-se depois a elaboração de novos estatutos para a associação, considerada como pessoa colectiva de utilidade pública administrativa, aberta a todos os alemães sem distinção de credos religiosos.

Entretanto, por S. E. o Cardeal Patriarca de Lisboa (Provisão de 26 de Julho de 1954) era nomeada uma comissão reorganizadora da Irmandade, com a incumbência de formular os novos estatutos, que foram aprovados por idêntico documento, datado de 22 de Fevereiro do ano seguinte. E foi-lhe concedida entrada na capela de Nossa Senhora da Conceição, situada na Calçada de Bento da Rocha Cabral, e integrada no antigo palácio do marquês da Praia e de Monforte, antes dos marqueses de Viana, um casal de aristocratas que viveu uma vida de grandezas e acabou na decadência, tendo marcado pelas faustosas *soirées* e bailes que organizava, numa época do século passado em que a alta sociedade se comprazia em tais manifestações festivas.

Com aquela homologação Patriarcal, os elementos representativos da associação resolveram requerer a restituição dos bens constitutivos do seu património, não sendo atendidos pelo sr. Ministro do Interior, por seu despacho de 14 de Maio de 1956.

Por seu lado, a comissão administrativa, autorizada por despacho do mesmo Senhor Ministro, com data de 16 de Julho de 1956, anunciou indistintamente a abertura da inscrição de irmãos cristãos e protestantes, mediante provas de nacionalidade alemã ou austríaca e de residência no distrito de Lisboa, formalidade que teve início em 1 de Agosto e encerrou em 31 de Outubro, do que resultou notável maioria de praticantes daquela segunda religião. Seguidamente, sendo marcada para 28 de Dezembro a reunião da Assembleia Geral Ordinária, na Avenida da Liberdade, 12, 1.º, aí se efectuou a eleição dos respectivos corpos gerentes.

14

Com este facto e a consequente entrega, à nova mesa, recém-eleita, de todos os bens em poder da comissão administrativa, pôs-se termo à acção desta, que mediou entre os anos de 1945 e 1957, sendo exonerada em 4 de Março de 1957, com público

CAPELA DO BAPTISTÉRIO



ALTAR DE SANTO ANTÓNIO





CONJUNTO DE ALTARES DO LADO DA EPISTOLA

CONJUNTO DE ALTARES DO LADO DO EVANGELHO



louvor no *Diário do Governo*<sup>(80)</sup>. Aos seus componentes, o sr. Embaixador, por incumbência do seu Governo, fez entrega, em 23 de Agosto de 1957, das insígnias da Ordem de Mérito da República Federal da Alemanha.

Não tendo sido reconhecidos, aos antigos dirigentes, devotos do catolicismo, os direitos de que se julgavam assistidos, a gerência dos bens da Irmandade passou às mãos de um grupo de protestantes.

De tais bens ressalta a existência do imóvel sito no Rossio, onde está instalado o Hotel Metrópole, sendo já propriedade da Irmandade, deixada em testamento pelo alemão Jacques Coster, em 1749, o prédio que lhe antecedeu, destruído pelo terramoto. A propriedade situada em Palhavã, na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, com a superfície de 10 000<sup>m</sup>², e onde até final da última guerra funcionou o Colégio Alemão, vai ser expropriada, para complemento das obras da Praça de Espanha.

Noutro terreno, no n.º 48 da referida avenida, ergueu-se um templo, de arquitectura moderna, dedicado ao protestantismo, e que se denomina Igreja Evangélica Alemã.

O Clube Alemão, actualmente com sede na Avenida António Augusto de Aguiar, n.º 20, r./c., funcionou num palacete da Rua do Passadiço, n.º 86, que foi adquirido pelo Sporting Clube de Portugal, para sua secretaria, e nele também funciona agora o Colégio Alemão.

Assim se dá uma ideia dos incidentes ocorridos durante o longo período de quase doze anos, o mais importante dos quais foi o não reconhecimento por parte do sr. Ministro do Interior, da Irmandade reconstituída e aprovada por S. E. o Cardeal Patriarca, como sucessora da que existia à data da eclosão da guerra mundial.

Esse e outros critérios, não favoráveis à antiga Irmandade, levaram esta a propor no Supremo Tribunal Administrativo três pleitos judiciais (o primeiro em 23 de Junho de 1956), com o pedido de anulação de outros tantos actos praticados pelo referido Senhor Ministro e pela comissão administrativa de sua nomeação. São eles: o despacho de 14 de Maio de 1956, que indeferiu a reintegração dos bens da Irmandade; a publicação, em 15 de Dezembro do mesmo ano, do aviso convocatório que fez reunir a Assembleia Geral de 28 seguinte, com impugnação das suas deliberações; e o despacho de 4 de Março de 1957, em consequência do qual a comissão administrativa fez entrega dos reivindicados bens aos elementos eleitos na já citada Assembleia de 28 de Dezembro de 1956.

Decorridos tempos, pronunciou-se o Supremo Tribunal Administrativo contrariamente aos desejos dos autores, cujas alegações foram deduzidas pelo distinto causídico sr. Edgar de Lima.

---

(80) II Série, de 4 de Março de 1957.

Não nos compete fazer comentários a uma questão sobre a qual se pronunciou já um tribunal superior, mas apraz-nos declarar que os exaustivos trabalhos que citámos<sup>(51)</sup>, elaborados com uma profundeza digna de todo o realce, e um erudito parecer do Dr. D. Klaus Mörsdorf<sup>(52)</sup>, director do Instituto Canónico da Universidade de Munique, nos serviram de preciosos elementos na coordenação destas ocorrências, e até nos auxiliaram no estudo da própria igreja.



Grande número de solenidades litúrgicas se efectuaram nesta igreja tão cheia de tradições.

Após o grande incêndio dos Paços do Concelho, a Direcção do Banco de Portugal, tendo verificado o salvamento de muitos dos principais valores que constituíam o seu activo e responsabilidades para com terceiros, mandou celebrar a cerimónia religiosa constante do seguinte aviso publicado no *Diário do Governo* de 5 de Dezembro de 1863, a que também deu publicidade, dois dias depois, a Mesa da Arquiconfraria:

«A Direcção do Banco de Portugal anuncia que o *Te Deum* em acção de graças ao Todo Poderoso por se haverem salvado os valores depositados no banco do calamitoso incêndio que teve lugar na noite de 19 para 20 do passado, há-de celebrar-se na paroquial igreja de S. Julião terça-feira, 8 do corrente, pelas tres horas da tarde; e convida por esta forma todos os srs. accionistas do mesmo estabelecimento a concorrerem àquele acto.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1863 = Os directores, *Libânio Ribeiro da Silva* — *António José Pereira Serzedelo*».

«A Mesa da Archi-Confraria do Santíssimo Sacramento da real freguesia de S. Julião avisa os seus irmãos para assistirem ao *Te Deum* solene que, em acção de graças ao Todo Poderoso, faz celebrar na mesma real freguesia, pelas tres horas da tarde de terça-feira, 8 do corrente mês, a direcção do banco de Portugal, por se haverem salvado os valores depositados no mesmo banco do calamitoso incêndio que teve lugar na noite de 19 para 20 do mês passado.»

Por alma das figuras mais representativas do mesmo Banco, também nesta Igreja se celebraram officios fúnebres, estando muito na lembrança dos que ficaram gratos à sua memória, a cerimónia que se realizou em 9 de Maio de 1925, data em que se completou o 30.º dia do passamento de José dos Santos Neto, prestigioso guarda-livros e secretário do Conselho de Administração, grande na alma e na competência técnica.

(51) *Um património católico... na mão dos protestantes. Ainda um Património Católico... na mão dos protestantes.*

(52) *A Irmandade de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa. Parecer elaborado a pedido de Mons. Büttner, director do Secretariado Católico Alemão para o estrangeiro.*

Outra festividade, com intenção de regozijo, teve lugar na mesma igreja, em 3 de Fevereiro de 1868, em acção de graças pelo restabelecimento de Campos Valdez<sup>(53)</sup>, que havia estado gravemente doente. Celebrou-se um *Te-Deum* em que tocou a orquestra de S. Carlos e cantaram Boccolini, Bagaggiolo e Mongini; para este último escreveu G. Cossoul, expressamente, um solo no seu *Tantum-Ergo*<sup>(54)</sup>.

Das solenidades próprias, dava-se anúncio na folha oficial, como pode ver-se por esta comunicação que publicou o *Diário de Lisboa* de 19 de Março de 1864:

«A Mesa da Archi-confraria do Santíssimo Sacramento, da real freguesia de S. Julião, avisa os seus irmãos de que as solenidades da semana santa n'este anno terão logar ás horas que vão indicadas

#### DOMINGO DE RAMOS

Benção dos Ramos, Missa e Paixão, por musica, ás onze horas e meia.

#### QUINTA FEIRA SANTA

Missa da Exposição do Santíssimo Sacramento, ás onze horas e meia.  
Lava-pés, ás quatro horas da tarde. Orador o rev.<sup>do</sup> arcepreste José de Almeida Barbas.  
Officio, por musica vocal e instrumental, ás oito horas da noite.

#### SEXTA FEIRA SANTA

Paixão, por musica, e adoração da Cruz, ás onze horas. Orador o rev.<sup>do</sup> padre Francisco Pedro Nogueira.  
Officio por musica vocal e instrumental, ás oito horas da noite. Orador o rev.<sup>do</sup> padre António José de Figueiredo e Sá.

#### SABBADO DE ALLELUIA

Benção do Lume, ás dez horas e meia.

#### DOMINGO DE RESSURREIÇÃO

Procissão, missa, por musica vocal e instrumental, ás onze horas e meia.  
Orador o rev.<sup>do</sup> padre Francisco Pedro Nogueira.

O escrivão da mesa, Saldanha.»

---

(53) Empresário de S. Carlos e músico muito sabedor, sendo um dos mais considerados frequentadores do nosso teatro de ópera (1837-1889).

(54) *O Real Teatro de S. Carlos*, por Fonseca Benevides, vol. 1.º, pág. 322.

Já de há longos anos que os altos poderes da Igreja constatavam que, devido à grande proximidade entre si, não tinham população que justificasse existências independentes, as duas paróquias vizinhas dedicadas a S. Julião e a Nossa Senhora da Conceição. Lia-se nos jornais de 1895: «Aposentado que fosse o reverendo pároco da freguesia da Conceição Nova, se anexaria esta à de S. Julião»<sup>(65)</sup>.

Com o andar dos tempos, a pouco e pouco, numa e noutra freguesia, sentia-se a diminuição do número de paroquianos, porque muitos mais estabelecimentos e escritórios substituíam o inquilinato de habitação, o que levou a Mesa da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento da Real Freguesia de S. Julião, a considerar, e muito bem, que impunham a adopção de medidas adequadas às necessidades da época, «as novas condições criadas pela expansão da cidade de Lisboa na direcção Norte, de modo especial na freguesia de S. Sebastião da Pedreira, com uma população de cerca de quarenta mil almas, onde apenas existe uma igreja e de estreitas proporções, enquanto na freguesia de S. Julião e proximidades estão abertas ao público, para uma população de cerca de duas mil almas, além da igreja de S. Julião, as igrejas da Conceição Nova, de S. Nicolau, da Madalena e as ermidas de Nossa Senhora da Vitória e da Oliveira, sem referir muitas outras igrejas situadas na parte baixa da cidade e na Rua Garrett (Chiado)».

Foi norteadada por este pensamento que a referida Arquiconfraria, encarou a possibilidade de alienar todo o imóvel sua propriedade — templo e casas anexas — e acabou por tomar uma resolução nesse sentido, em sua sessão de 12 de Maio de 1933, o que permitiu ao Banco emissor, tornar-se único proprietário do grande bloco urbano delimitado pelo Largo de S. Julião e pelas três ruas circunvizinhas, desejo que acalentava desde 1910, devido ao considerável desenvolvimento que estavam tomando os serviços próprios.

Por consequência, data desse ano de 1910, o primeiro contacto entre a Direcção do Banco de Portugal e a Comissão Administrativa da Arquiconfraria do Santíssimo Sacramento da igreja de S. Julião. Mas não foi auspiciosa a conversação inicial, nem muitas que se seguiram, devido à falta de concordância daquela entidade religiosa.

Entretanto, decorreram três anos, e, nessa altura, em 1913, o Banco foi surpreendido com a notícia de que a Associação Comercial de Lisboa encetava diligências para que o Governo fizesse a expropriação, por utilidade pública, da mencionada igreja, para aí se construir um novo edifício destinado ao Tribunal do Comércio, ficando-lhe agregadas as Bolsas de Fundos e Mercadorias, e a própria Associação.

(65) *Ruas de Lisboa*, vol. 2.º, pág. 229.

ALTAR DE SANTA RITA DE CASSIA



ALTAR DE NOSSA SENHORA DE FATIMA





ALTAR DE SANTA CATARINA



ALTAR DE NOSSA SENHORA DA BOA-HORA

A Direcção daquela Associação, reuniu especialmente para aquele efeito, em 6 de Agosto daquele ano, e nessa sessão declarou o respectivo presidente, sr. Carlos Gomes, que, numa conferência que tivera com o titular da pasta das Finanças, sobre o assunto, lhe dissera S. Ex.<sup>a</sup> que o principal inconveniente consistia no facto de o Banco de Portugal necessitar desse edifício para ampliação da sua sede. Nomeou-se uma Comissão encarregada de tratar da pretensão, mas não se chegou a qualquer finalidade.

O Banco de Portugal, que já então mandara executar um projecto que incluía como parte integrante o terreno ocupado pela igreja, procurou junto do Governo garantir a sua pretensão, tanto mais que, como Banco emissor, aliava a circunstância de ser o Caixa Geral do Estado.

Pode dizer-se que nunca se quebrou o contacto entre a Mesa da Arquiconfraria e a direcção do Banco emissor, até que, finalmente, se estabeleceram as bases da transacção, sendo autorizada a Arquiconfraria, pelo Decreto-Lei n.º 22 603, de 31 de Maio de 1933, a celebrar a respectiva escritura, que se lavrou nas notas do notário Dr. Fernando Tavares de Carvalho, em 7 de Julho seguinte<sup>(56)</sup>. Faziam parte da Comissão Administrativa da Arquiconfraria, sancionada pelo Governador Civil em 9 de Maio de 1929, monsenhor António Joaquim Alberto, como presidente, o capitão Pedro Augusto Correia, procurador e o capitão Guilherme César de Pina e o Dr. Augusto Ribeiro Vaz, secretários.

Esta transacção, tendo sido objecto de certa polémica política, deu lugar a duas notas officiosas do Ministro da Justiça, Doutor Manuel Rodrigues, em que aquele falecido estadista demonstrou a legalidade dos factos. A doutrina expendida foi publicada pelo Secretariado Nacional da Informação, em opúsculo intitulado *A verdade sobre a compra da igreja de S. Julião*, e nele se publica alguma correspondência trocada entre o Banco emissor e a Mesa da Arquiconfraria. Pela quantia de 10 000 contos (em cujo preço ficou incluído o pagamento das indemnizações aos inquilinos, que importaram em 776 928\$00) passou para o Banco de Portugal o edifício da igreja, com frente e três portões para o Largo de S. Julião, e bem assim as suas dependências e o prédio anexo, correspondentes, para a Rua do Comércio, aos n.ºs 172 a 200, e para a Rua de S. Julião, aos n.ºs 191 a 213, tudo contíguo, pelo lado poente, ao conjunto de propriedades já pertencentes ao Banco de Portugal.

No relatório desse ano, a Administração do Banco de Portugal, salientou devidamente o facto, considerando-o de importância capital para os destinos da instituição, que tomou, por inteiro, o quarteirão em que se instalara em 1870. E escreveu, textualmente: «A gerência última, permitindo realizar o que desde sempre tinha de ser essencial aspiração do Banco, ganhou assim o seu lugar de relevo por entre aquelas, em que houvessem sido tomadas decisões de mais transcendente alcance. Bastaria dizer

---

(56) Cartório na Rua Áurea, n.º 50, 1.º, hoje Rua da Conceição, 131, 1.º.

que ficamos sensivelmente com o dobro do espaço de que dispunhamos. A sede do Banco de Portugal vai, pois, finalmente, poder instalar, como deve, os seus serviços, e o que não é indiferente também: obter uma aparência conforme com a sua alta missão».

Consequentemente, a Arquiconfraria tomou logo as medidas tendentes à entrega do edifício da igreja e anexos, ao Banco de Portugal, providenciando no sentido do encerramento ao culto religioso, o que se verificou em 2 de Junho de 1934; e mais uma vez a freguesia e o orago se transferiram para a ermida de Nossa Senhora da Oliveira ou da Oliveirinha, onde em 1938 se fixou definitivamente a paróquia, por determinação de Sua Eminência o Cardeal Patriarca de Lisboa. E para lá foram as imagens mais veneradas, como S. Julião, Santa Baziliza, Santa Rita de Cassia, Santa Catarina e Santa Bárbara, todas de bela concepção e muito valiosas, e duas figuras de anjos, que ladeavam o altar-mor. Os livros do arquivo passaram, em depósito, para a igreja de Nossa Senhora dos Mártires, até que recolheram, em definitivo, à igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, inaugurada na noite de 12 de Outubro de 1938 e para onde se transferiram os treze sinos de S. Julião, o órgão grande do coro, uma sineta e algum mobiliário. As duas colunas do altar-mor, cedidas para a igreja paroquial do Santo Condestável, criada em 1934, consta terem estado, algum tempo, soterradas nas vizinhanças do futuro templo, e, uma vez danificadas, foram utilizadas como entulho.

A edificação da nova igreja de Nossa Senhora de Fátima, constituída em freguesia eclesiástica, com grande parte dos territórios de S. Sebastião da Pedreira e Santos Reis, foi custeada com o produto da venda dos imóveis pertencentes à Arquiconfraria do SS. Sacramento da Freguesia de S. Julião, que passou a usar o título de Arquiconfraria do SS. Sacramento das Freguesias de S. Julião e Nossa Senhora do Rosário de Fátima de Lisboa, com estatutos aprovados por provisão de 22 de Maio de 1945.

A freguesia de S. Nicolau, erecta na igreja do mesmo santo, e que agora se denomina de S. Nicolau e S. Julião, tem movido diligências para lhe serem entregues as antigas imagens de S. Julião e Santa Baziliza, no desejo de lhes dar um melhor lugar no seu altar-mor, lado a lado da veneranda imagem-padroeira (87).

★

Busquemos ainda um pouco da história que emana dos antigos anexos da igreja de S. Julião, aos quais somente foi dado já o devido aproveitamento, estando ainda por utilizar a parte que propriamente se destinava à prática de ofícios religiosos.

20 A porta n.º 205 da Rua de S. Julião, que comunicava com a Casa do despacho da Arquiconfraria, também dava entrada para a sacristia desse lado, onde se expunha

---

(87) Entregues à Paróquia de S. Nicolau em Novembro de 1960.

ALTAR DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS



ALTAR DE SANTA BARBARA  
(SACRISTIA DA IRMANDADE)





ALTAR DE S. SEBASTIÃO (SACRISTIA DO CLERO)

a imagem de Santa Bárbara, que no dia da festa anual estava em exposição no altar-mor. As casas dos outros andares, utilizados como habitação, estão hoje aproveitadas como refeitório, para uso do pessoal do Banco de Portugal, tendo sido inaugurado em 29 de Setembro de 1947. E o n.º 178 da Rua do Comércio, fazendo parte dos n.ºs 172 a 178, servia de acesso à torre sineira e a outra sacristia, que guardava a imagem de S. Sebastião, comunicando igualmente com as casas dos andares superiores, destinadas a rendimento. Um dos inquilinos do 1.º andar, foi o Banco Cooperativo Comercial, fundado em 1876 e que, em 1888, se mudou para o 2.º andar do n.º 160, da mesma rua.

Deste prédio, que era formado por lojas, três andares, mansarda e águas-furtadas, desprende-se boa dose de história alfacinha, bastando considerar a loja que teve entrada pelos n.ºs 172 a 176.

Como seu primeiro inquilino, podemos atribuir o conceituado comerciante Manuel António Casaca, dono do *Botequim do Casaca* ou *Botequim de Oiro*, ainda existente em 1809 e que na Lisboa de setecentos rivalizava com o próximo *Café de Marcos Filipe*, do Largo do Pelourinho. Seguidamente, estiveram lá a *Pastelaria de António Coqueijo*, depois de Coqueijo & Magalhães, e a *Pâtisserie Suisse* de Joaquim J. Magalhães<sup>(88)</sup>.

Depois, até 1915, teve notoriedade a pastelaria de Neves & Moura; até 1922, foi aí o escritório e depósito de cereais, legumes e farinhas de Castanheira & Fonseca, Ltd.ª; e de então até 1929, figurou a Casa de Câmbios de A. J. Almeida & C.ª, a que sucedeu a firma J. Ricardo Domingues & C.ª, que em 1934 se transferiu para a Rua do Ouro.

Após esta panorâmica, convém reunir o que sabemos do *Botequim de Oiro*, muitíssimo citado, mas sempre imprecisamente localizado, possuidor de grande fama no tempo do Marquês de Pombal, de quem o proprietário se tornou compadre.

O nome *Botequim do Casaca* derivava do facto de o criado que servia à mesa, usar sempre casaca.

O grande estadista, fiel valido de D. José I, não desdenhava frequentar o estabelecimento, onde se reuniam senhores de grande categoria, mercadores e mecânicos abastados.

O *Botequim*, que tinha a guarnece-lo mobiliário e decorações de elevado luxo e esplendor, levou consigo a tradição, o segredo de muitos conciliábulos políticos e despiques e travessuras, de amor. Foi citado pelo viajante Richard Twiss, que esteve entre nós em 1772, tendo-o distinguido esse memorialista como dos dois melhores, e Nicolau Tolentino de Almeida não se esqueceu de o rememorar nos seus conhecidos versos.

---

(88) *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*, do autor.

A comédia-drama de Joaquim da Costa Cascais «Inauguração da estátua equestre», que por dificuldades de montagem só se pôde representar em 1855, para comemorar a aclamação de D. Pedro V, fazia passar o 4.º acto neste estabelecimento, a que correspondia a seguinte rubrica: «Loja de bebidas do Casaca, na rua dos Capelistas, próximo a S. Julião e do mesmo lado. Balcão ao fundo. Portas laterais. Espelhos com molduras douradas em toda a casa. Mesas de pedra ovais, sobre pés dourados. Grandes talhas da Índia, nos cantos. Ornato de talha dourada. Lustres de velas».

António de Campos Júnior, que romanceou a vida do Marquês de Pombal, também se referiu a esta importante casa de comércio, descrevendo uma prolongada cena que aí se pôs a desenrolar no ano de 1777<sup>(69)</sup>.

★

A minguia de mais elementos, pomos ponto final nesta narrativa, caldeada à custa de muito material, arrancado às mais diversas fontes. Resultou uma história imprecisa e insuficiente, mal deixando antever as vicissitudes por que passou esta freguesia. Causas do defeito: a imperícia do autor e os acasos da sorte, fatais inclemências do Tempo que, com as suas leis imutáveis, acompanharam sempre, nas suas várias fases, a igreja de S. Julião ou S. Gião, de que já não existem nem templo nem paróquia.

*Mário Costa.*





## A XI EXPOSIÇÃO NACIONAL DE FLORICULTURA

O pavilhão dominante da Feira Internacional de Lisboa transformou-se durante dez dias, no mais lindo jardim da cidade, para apresentação das espécies florais de maior esplendor da Primavera.

Para inaugurar o repositório de flores, ou seja a XI Exposição Nacional de Floricultura, organizada pela Câmara Municipal, deslocou-se à Junqueira o sr. almirante Américo Tomás. Percorreu demoradamente o imenso salão e muito apreciou o dispositivo de apresentação das plantas. Realmente, os serviços de jardinagem da Câmara fizeram verdadeiros milagres de bom gosto e originalidade.

Renques de plantas ornamentais serviam de fundo à teoria inacabável de flores. Pétalas e mais pétalas, em verdadeira sinfonia colorida, ora surgindo dos conjuntos de envasamentos, ora formando, rente ao chão, tapetes cromados, ora isoladas em destaques estudados — tudo isto avultava em arranjo eufórico e de encanto. Rosas, e cinerárias, e glícínias, e muitas outras flores da estação — constituíam um rosário de corolas. Aqui e acolá apareciam tufos de graciosidade notória. Aves canoras, em agradável chilreada, estavam distribuídas pelos recantos. A meio, um lago, onde, por entre nenufares, vogavam cisnes, patos filipinos e com outras designações, mas todos escolhidos pela graça do tamanho e da plumagem. Num aviário colocado à beira de palmeiras, de ornamentação e de mais flores havia pavões, dois dos quais brancos e sobranceiros. E tudo assim — raro, acima da craveira, isto é, de categoria excepcional, mesmo em confronto com exposições idênticas de outras capitais.

Os visitantes ficaram deliciados e o Chefe do Estado disse ao sr. brigadeiro França Borges do agrado com que observara o excelente mostruário de plantas e flores provenientes dos viveiros municipais.

Exposição invulgar, vista sob qualquer ângulo, mormente pelo ineditismo patenteado na distribuição das espécies floridas ou de simples decoração, sem amontoados, nem insistências — e sim unidades valorizadas pela composição, pelo retoque, pela maneira de bem mostrar. Ficou a valer como uma bela lição, patenteada em todas as facetas, em que não faltava o apontamento do aladrilhado do chão, com frestas relevadas e o dos desníveis ou alteamentos ligeiros, para valorização de certos recantos verdejantes e floridos.

## O RECINTO FOI VISITADO PELO PRESIDENTE DO CONSELHO

O sr. prof. Oliveira Salazar visitou também a Exposição Nacional de Floricultura. Recebeu o sr. Presidente do Conselho à entrada principal do edifício, o sr. brigadeiro França Borges, que se encontrava acompanhado pelos srs. engs. Pulido Garcia, chefe da Repartição de Arborização e Jardinagem da C. M. L. e Manuel de Azevedo Coutinho, aos quais se ficou a dever a montagem do lindíssimo repositório das plantas florais da Primavera.

Começou a visita pela galeria de onde se dominava o conjunto variado de plantas ornamentais, flores e arranjos decorativos.

Ouviu o sr. Presidente do Conselho explicações dos srs. brigadeiro França Borges e eng. Pulido Garcia. Fez comentários, através dos quais se percebia o agrado que a visita lhe causava. Desceu ao piso do amplo salão e admirou os tufos, os renques, os recantos de flores envasadas e de corte, estas dispostas em painéis rasos sobre o comprimento. Achou ideia excelente a disposição de ladrilhos, na quase totalidade construí-

dos pelo pessoal dos viveiros municipais. Em certa altura, quis saber quais as aves canoras que tanto alegravam o recinto com os seus chilreios permanentes. Outro pormenor que chamou a atenção do visitante foi o dos patos, quase todos de origem exótica.

Passou para a secção de espécies raras, onde admirou uma variedade de peperónia da colecção do sr. dr. Ferreira Marques, que lhe ofereceu um vaso minúsculo com a não menos minúscula planta. Deteve-se a olhar as orquídeas, amarilis, hortênsias precoces e antúrios. E gostou abertamente da exposição, como manifestou ao sr. presidente da Câmara Municipal, que, no final, como recordação da visita, lhe ofereceu uma plaqueta com a reprodução colorida do célebre quadro de Lupi, sobre o projecto da reconstrução da cidade de Lisboa, em que se vê o marquês de Pombal e o architecto Manuel da Maia.





## *A Entrada Solene das Relíquias do Santo Condestável na Cidade de Lisboa*

**N**o Terreiro do Paço, como acontecera em Faro, em Setúbal e em Cacilhas e depois se observaria no trajecto para a Sé Patriarcal, o mesmo espectáculo: milhares de pessoas, postadas em filas silenciosas, assistindo em religioso recolhimento à passagem das relíquias do Condestável.

Os projectores postados no alto do castelo de S. Jorge iluminavam a vasta praça com pinceladas de luz azulada, que se estendiam até à outra margem do Tejo.

A chegada das relíquias atraía à Praça do Comércio muitos milhares de pessoas. Antes, também, chegaram as formações que prestariam a guarda de honra.

**26** Defronte da estátua de D. José, no enfiamento do Cais das Colunas, uma cruz alçada, com iluminação, elevava-se a vinte metros de altura, sobre armação decorada com reproduções dos escudos utilizados nos combates da época em que D. Nuno assegurou a independência portuguesa.

No Cais das Colunas os hábitos claros dos irmãos da Ordem dos Carmelitas, a quem pertence a honra de guardar as relíquias, alvejavam, ao lado das fardas, do vestuário sóbrio das entidades oficiais e das vestes negras dos sacerdotes. O navio-patrolha que conduzia o relicário sobre um plinto, em torno do qual se postavam sacerdotes em oração, surgiu a meio do rio, banhado de luz. A tripulação, alinhada no convés, era visível de terra. Milhares de pessoas postaram os olhos no barco e puderam assistir à operação, efectuada com cuidado, da transferência da urna para a vedeta que a traria ao Cais das Colunas. Entretanto, um soldado subia ao plinto armado na praça e postava-se, ao lado da cruz, com o estandarte de D. Nuno Álvares Pereira tremulando ao vento. Os jactos de luz dos projectores postavam-se sobre a vedeta e acompanhavam-na na marcha rápida para o cais de desembarque.

O primeiro acto solene do regresso das relíquias do herói e santo a Lisboa consistiu na entrega da espada do Condestável, colocada sobre uma almofada de veludo vermelho. Depois, o relicário, de prata, saíu de bordo, num andor, aos ombros de quatro cadetes da Escola Naval. Formou-se, em seguida, um cortejo até o plinto.

Uma formatura de Caçadores 5, com bandeira e banda, prestou as honras militares. Ouviu-se o hino do Exército.

Seguidamente, o presidente da Câmara Municipal de Faro, sr. dr. Luís Gordinho Moreira, pronunciou um discurso. Disse da honra que tinha em fazer a entrega das relíquias do Condestável à cidade de Lisboa, que D. Nuno Álvares Pereira tanto amara. O Santo fora um perfeito símbolo da Pátria, consubstanciando o carácter e as virtudes que definem a gente lusitana.

Invocando D. Nuno Álvares Pereira, o orador sublinhou que, no momento, em que estamos empenhados numa nova cruzada e em que não se concebe outra coisa que não seja «numa mão a espada, na outra a charrua», a sua figura deveria servir de incentivo aos que retomam a linha da nossa história.

### NUN'ÁLVARES VIVEU, REAL E PLENAMENTE A EPOPEIA. COM O PRÓPRIO CORPO E COM A PRÓPRIA ALMA

O sr. brigadeiro França Borges, presidente do Município de Lisboa proferiu, depois, um discurso, de que transcrevemos os seguintes passos:

*«Nun' Álvares parece o herói gigantesco duma lenda fantasiada: no entanto ele viveu, real e plenamente essa epopeia, com o seu próprio corpo e com a sua própria alma. Correu a terra portuguesa, de extremo a extremo, infatigavelmente, sempre em sua defesa, transformando cada batalha numa vitória.»*

*Insensível ao número, quer dos seus inimigos, quer dos seus amigos, repudiou honrarias e promessas, umas e outras porque com elas pretendiam que traísse a terra portuguesa. Em condições de inferioridade, de homens e de armas, manteve-se inflexivelmente fiel à sua Pátria, ao seu Chefe e aos seus camaradas.*

*Confiou plenamente. Nunca duvidou de que o caminho que seguia era o caminho do dever».*

*«Vindo do Algarve, é entregue solenemente neste momento o que resta do seu corpo. Frei Nuno de Santa Maria regressa a Lisboa. Recebo as suas relíquias com emoção e o mais profundo respeito, em nome da cidade que ele tanto amou e aonde quis morrer.*

*Frei Nuno de Santa Maria regressa à tranquilidade do Carmo, depois duma longa peregrinação através das províncias de Portugal, as mesmas que ele percorreu em vida, ao serviço da mais bela das cruzadas.*

*E temos de perguntar a nós próprios se não é ele que quer falar de novo ao País, nesta hora de perigo, recordando o exemplo da sua vida.*

*Temos de meditar porque quis Deus que ele fosse de novo percorrer as terras que conquistou e consolidou, tal como o fez noutros tempos, quando um perigo real ameaçava a Nação».*

*«Portugal ou se salvará combatendo, por actos e por palavras, ou morrerá miseravelmente sem combate, destroçado às mãos da grande mentira deste século, às mãos da monstruosa traição contra a civilização, às mãos dos sem religião e dos sem caridade.*

*Na vossa união estará a vossa força! De contrário, o silêncio do grande mar cobrirá os naufragos da nossa grande Pátria, «da mais formosa e linda que ondas do mar e luz do luar viram ainda».*

*Nun'Alvares! Frei Nuno de Santa Maria! Obrigado em nome da cidade de Lisboa. Precisamos que vivas connosco esta hora de provação, porque a presença do que foste dará uma vez mais a Portugal a certeza da vitória que ele merece, em virtude da justiça que ele defende».*

## O CORTEJO PROCESSIONAL DESDE O TERREIRO DO PAÇO À SÉ CATEDRAL

Terminados os discursos, Caçadores 5 e formaturas do Colégio Militar, Pupilos do Exército, do Instituto de Odivelas e uma deputação de alunos da fragata «D. Fernando», desfilaram perante a tribuna.

28 Em seguida, o relicário, aos ombros de quatro cadetes da Academia Militar, foi colocado num carro da G. N. R. Atrás da viatura seguiram várias entidades oficiais e religiosas.

Organizou-se, então, o cortejo em direcção à Sé, com formações militares e alunos de várias instituições.

Em duas longas alas, numerosos sacerdotes, eclesiásticos de várias ordens religiosas e irmãos leigos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo, acompanhados pelo guardião das relíquias.

O préstito, depois de atravessar o arco da Rua Augusta, que se encontrava iluminado, entrou nesta artéria, onde se viam muitos edifícios embandeirados e iluminados. Por entre milhares de pessoas, aglomeradas nos passeios, as relíquias seguiram pelas ruas da Conceição e de Santo António.

No Largo da Sé, a urna foi retirada do armão por sapadores bombeiros. As relíquias seguiram processionalmente para o interior do templo, aos ombros do ministro do Interior, presidente e vice-presidente do Município, e comandante da P. S. P. de Lisboa. A espada foi conduzida pelo ministro da Presidência. Soaram toques de clarim, na marcha de continência.

Da vetusta fachada do templo erguiam-se para o céu as luzes de projectores anunciando à cidade a entrada dos santos despojos do Condestável na Sé Patriarcal.

O arcebispo de Mitilene, depois de ter sido entoado um cântico alusivo à cerimónia, proferiu uma alocução, em que realçou as qualidades extraordinárias do Santo Condestável.

#### AS RELÍQUIAS VOLTARAM AO CONVENTO DO CARMO

Quatro noites passadas, as relíquias seguiram da Sé para o Convento do Carmo, em imponente procissão. Janelas e varandas ostentavam ricas colgaduras e colchas de seda, e muitas estavam iluminadas com velas e lâmpadas. A ampliar este recorte luminoso, ao princípio da noite foram acesos os focos que incidiam sobre a Sé, parte baixa da cidade e convento do Carmo.

Presidiu às cerimónias o sr. Cardeal Patriarca. Começaram na Sé, com a presença de membros do Governo e do presidente, vice-presidente e vereadores do Município de Lisboa. Organizou-se a procissão, vistosa, em que se incorporaram várias colectividades e estudantes, vários contingentes, entre os quais um do Batalhão de Sapadores Bombeiros, e o conjunto colorido das bandeiras das câmaras municipais do país, em que se destacava a de Lisboa, ostentando o laço azul da comenda da Torre e Espada.

As relíquias seguiam num andor revestido de flores, conduzido por alunos da Escola Naval, e atrás, em almofada de veludo, a espada do herói de Aljubarrota. Eclesiásticos e prelados, e sob o pálio o Cardeal, e várias personalidades formavam o fulcro do cortejo. Durante o percurso fizeram-se quatro exortações. Percorrido o itinerário, a procissão, sempre presenciada por milhares de pessoas, chegou ao Carmo, onde se ouviu o tanger dum sino do convento, que permanecera silencioso depois da morte de Frei Nuno de Santa Maria. Enquanto a assistência cantava, em coro, a «Portuguesa», o relicário era colocado num plinto armado sob um altar. O sr. Cardeal Patriarca, deu a bênção à multidão, retirando-se por entre calorosos vivas e palmas.

Seguiu-se a cerimónia da inauguração de uma réplica da espada, em bronze, do Santo Condestável, para assinalar o 6.º centenário do seu nascimento. O rev. dr. Gustavo de Almeida proferiu uma alocução, afirmando que a réplica da espada se revestia de especial simbolismo, uma vez que o cavaleiro que a brandiu não fora um cavaleiro qualquer. E acrescentou: «A espada é mais do que um símbolo, é uma exigência que pede novo estilo de vida, autenticidade e disponibilidade para todas as arremetidas desta hora de combate que atravessamos».

Depois de várias citações, o orador afirmou ser a luz da espada uma encruzilhada do nosso tempo, um abrir de caminhos e rasgar de novos horizontes.





*PANORAMA DE LISBOA*  
(PINTURA A ÓLEO DE CARLOS BOTELHO)



# O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

*(Continuação do número anterior)*

D. JOÃO DE CASTELO BRANCO

1644-1647

Antes mesmo de ter sido passada a habitual carta régia, foi D. João de Castelo Branco nomeado, por simples decreto, presidente da Câmara, «sem embargo de se lhe não haver passado carta della e de não ter jurado na forma costumada».

O decreto tem a data de 4 de Março de 1644 <sup>(1)</sup> e, logo no dia imediato, D. João toma posse do lugar <sup>(2)</sup>. A carta da nomeação, porém, só foi passada a 14 do mês seguinte e é concebida nos mesmos termos das anteriores, sem, contudo, nela ficar expresso o período do exercício do cargo.

<sup>(1)</sup> *Livro Carmezim*, fl. 116 v. (Arquivo Nacional).

<sup>(2)</sup> Livro III de Assentos, fl. 171 (Arquivo Nacional).

De D. João, filho do 1.º conde de Sabugal, D. Duarte de Castelo Branco, pouco nos falam as histórias genealógicas. Desconhecem-se, mesmo, quais os cargos políticos que tenha ocupado. Da sua biografia somente se sabe que escreveu algumas obras de relativo valor, entre as quais uma *Arte de gramatica latina* (3).

Nos escassos três anos que D. João ocupou a presidência da Câmara, Lisboa continuou a ser a mesma cidade aglutinada de betesgas, de vielas escuras, de prédios erguidos ao acaso. A Nação, em guerra, amordaçava as iniciativas da gerência municipal, preocupada também com a defesa da própria cidade. Novos impostos, falta quase permanente de trigo, o problema do abastecimento de água sem solução imediata, assaltos e roubos permanentes por má vigilância dos poucos quadrilheiros existentes, emprestavam à cidade, liberta embora do jugo alheio, um ambiente de amargura e pesadelo.

Assim, da acção de D. João de Castelo Branco como presidente do Senado nada há a assinalar. Facto algum digno de registo ficou expresso na documentação do Arquivo Municipal.

## D. FERNANDO MASCARENHAS

1647-1650

No quadriénio que se segue exerceu o cargo de presidente da Câmara uma das maiores figuras da Restauração e um dos fidalgos de maior linhagem da aristocracia portuguesa: D. Fernando Mascarenhas.

Filho primogénito de D. Manuel Mascarenhas, Comendador da Torre da Fonte Arcada, do Carrazedo e do Rosmaninhal e Senhor dos Morgados da Goucharia e das Chantas, foi D. Fernando um dos mais valentes soldados do nosso exército. Ocupou elevados cargos da corte, quer militares, quer civis. Durante, ainda, a usurpação castelhana, foi Governador de Ceuta e de Tânger e Governador e Capitão-General do Brasil.

Escolhido por Filipe IV para Capitão-General-de-Mar-e-Guerra das Armadas de Portugal e de Castela, granjeou do Monarca espanhol o título de 1.º Conde da Torre. Pouco durou, porém, a confiança do monarca. A armada que, sob o seu comando, tentou libertar Pernambuco, foi não só violentamente destroçada por forte temporal, como ainda pelo próprio inimigo. «Assim D. Filipe o mandou prender na Fortaleza de S. Julião da Barra e o privou da grandeza do titulo» (4).

(3) *Dicionário*, etc., de Inocêncio, Tomo III, pág. 213. Escreveu igualmente um «Breve método curativo tocante à cirurgia que o uso da experiência certa descobriu, etc.»; e uma «Breve recopilção das muitas e singulares virtudes dos pós brancos colativos da quinta essência do ouro de Alexandre Quintiflío».

(4) *História Genealógica*, vol. XI, pág. 313.

Firmada a Restauração e a tentativa frustrada de Filipe IV de persuadir D. Fernando Mascarenhas a tomar o partido de Castela, D. João IV restituiu-lhe todas as honras e nomeou-o para o seu Conselho do Estado. Após ter combatido valorosamente nas campanhas fronteiriças, ocupa, então, no auge do seu prestígio, o alto cargo de Presidente do Senado.



O regimento dado à Câmara por Filipe IV continuava a vigorar. Uma que outra determinação variava de quando em quando as propinas e o ordenado do presidente, como variava igualmente de presidente para presidente o prazo do exercício do cargo.

Em 1643, atendendo ao estado caótico das receitas do Município, a propina que, por ocasião do nascimento do Infante D. Pedro, competia ao Conde da Torre para a compra da «cadeia de ouro» com que havia de assistir ao baptismo do Infante, foi somente de 120\$000 réis em vez dos habituais 200\$000 réis.

Eram de facto bastante débeis as finanças da Câmara de Lisboa neste findar da primeira metade do século XVIII. Avolumava-se, cada vez mais, o receio de uma invasão; eram enormes os encargos com a manutenção das nossas tropas numa luta ininterrupta de fronteiras. Para além de Portugal e de Espanha uma outra batalha se travava, sem o retinir das lanças e o ribombar dos canhões, mas nem por isso menos violenta: a acção constante dos diplomatas de D. João IV. Assinada a paz da Vestefália, finda a Guerra dos Trinta Anos, Portugal houve de redobrar inteligentemente o seus «ataques» de política diplomática.

A actividade dos emissários de D. João IV e, muito principalmente, do hábil político e extraordinário orador Padre António Vieira, não cessava. Abalada com a paz de Vestefália, a «Espanha tivera de se resignar à perda dos Países Baixos; mas ia empregar agora os seus melhores esforços para recuperar a Catalunha e Portugal» (\*).

Lisboa, centro espiritual e político da Nação, sofria, resignada e pacientemente, as horas amargas de uma luta sem tréguas. Salvo o seu libertador de uma tentativa de assassinio, a cidade renasce para os dias festivos, rejubila de contentamento. De quando em quando veste as suas melhores e solenes galas para as procissões e festas de baptizado, para logo voltar, cònscia dos perigos e ameaças, às lutas constantes dos preparativos de guerra.

Dos parques haveres, ciosamente guardados nos cofres da igreja de Santo António, saíam os pagamentos aos operários que trabalhavam na defesa da cidade, sob as ordens do antigo presidente do Senado, Marquês de Montalvão. Despesas estas de tal modo avultadas que em 1649 a própria Câmara se lamenta ao Secretário do Estado,

---

(\*) *História de Portugal*, edição da Portugália Editora, vol. VI, pág. 69.

Pedro Vieira da Silva, informando-o que apenas «tinha com que acudir ás necessidades prementes da sua obrigação, mormente em tempo que para as fortificações do Castelo está tirando forças da fraqueza e sangue de onde não há» (\*).

Todas as muralhas da cidade foram então reparadas; todas as portas, uma por uma, revistas cuidadosamente. Em 20 de Março de 1650, o Conde da Torre, não podendo comparecer à sessão da Câmara, enviou o relatório de uma vistoria feita pelo architecto Mateus do Couto (\*). As reparações necessárias, e que, segundo o próprio despacho régio, «não sofriam dilação», absorviam, só elas, as receitas municipais. Todas as outras obras, que o desenvolvimento da urbe impunha, eram relegadas. E assim foi durante alguns decénios.

★

Feita, como dissemos, a vistoria aos muros e portas da antiga cerca, estuda-se a construção de um novo recinto fortificado.

Lisboa asfixiava entre os primeiros muros da cidade e as novas fortificações então construídas. O receio de um ataque impunha a necessidade de se organizar de novo a defesa da cidade. É então, nesse ano de 1650, levantada, pelo architecto João Nunes Tinoco, a planta de Lisboa, a mais antiga que se conhece.

A população aumentava. Para os lados de Alcântara, onde residia D. João IV, a cidade expandia-se, mas desordenadamente, ao acaso da iniciativa privada. Um dos problemas que, então, começava a surgir era o do trânsito, pela pouca largueza das ruas e as dimensões diminutas das portas da cidade. A Câmara reconhecia-o, ouvia as reclamações que lhe eram dirigidas, mas não podia agir, por impossibilidade de desviar qualquer verba para obras na cidade. A solução era sempre a mesma: protelar para mais tarde o estudo do problema.

★

Como já referimos, em 1598 Filipe III determinara que o tratamento que competia ao Senado era o de *Senhoria*. Meio século volvido a Câmara de Lisboa não se contenta com este título hierárquico, modesto de facto para a representação de uma capital, cuja grandeza ofuscara, cem anos atrás, as maiores metrópoles da Europa.

É deste teor a consulta enviada em 1 de Junho de 1649 a D. João IV (\*):

«Senhor — Escrevendo este Senado ás Camaras do Reino sobre negocios do serviço de V. magestade, uma das Camaras, que é a do Porto, respondeu ao Senado por carta, fallando-lhe por Mercê, em revindicta do Senado lhe não haver fallado por Senhoria, sendo que n'isso lhe fez grande aggravo; e é a causa que este Senado tem, pelos

(\*) *Elementos*, vol. V, pág. 165. Em 1649 gastou a Câmara com as obras do Castelo, 5.000\$000 réis.

(\*) *Idem*, pág. 200.

(\*) *Elementos*, vol. V, pág. 159 e *Duas cidades ao serviço de Portugal*, vol. I, pág. 272.

senhores reis d'este reino, titulo de princeza, ás quais no tempo que se lhe fez mercê d'este titulo de Senhoria, se fallava por este modo ás princezas, e este Senado é cabeça do reino, onde assistem ministros provecos e que têm servido em os mais tribunais, e no Porto é presidente o juiz de fóra e trez homens particulares, que em cada um anno se elegem por vereadores.

Pede este senado seja V. Mag.<sup>do</sup> servir mandar estranhar este procedimento, pelo modo que V. Mag.<sup>do</sup> for servido, para que seja notorio á Camara do Porto, e ás mais do reino, o estylo com que devem fallar a este Senado».

D. João IV não despachou favoravelmente a petição do Senado. Exigiu que lhe fosse presente «a doação ou ordem dos reis que tem para se lhe fazer tratamento de Senhoria». Uns meses passados (º), decerto por iniciativa do Senado, mas de que se desconhece qualquer consulta, um decreto régio de novo manda que sejam presentes a despacho «os documentos e papeis que a Camara tiver sobre a materia».

Não consta que a edilidade lisbonense tenha insistido. O documento que, segundo apurámos, estava no *Livro Carmezim* a fls. 19, v., não appareceu. O assunto não mais foi ventilado e a Câmara continuou a ser tratada por Senhoria.

★

Durante a presidência do Conde da Torre, a Câmara, no prosseguimento de uma política de cultura que de longe vinha, mandou imprimir o livro de Luís Marinho de Azevedo, *Fundação, Antiquidades e Grandezas de Lisboa*, etc., levando assim a efeito o que já havia sido resolvido em 1643. A impressão contudo, arrastou-se ainda mais uns anos, pois só em 1651, por «mandado de pagamento» de 30 de Agosto, foi entregue, para se «acabar a impressão», a Manuel Rodrigues de Castro, a quantia de quarenta mil réis.

Segundo escreve Inocência, no seu *Dicionário*, a obra só saiu a lume no ano seguinte e foi impressa na officina Craesbeeckiana.

★

Durante este mesmo período a Câmara de Lisboa deixou ligado, para sempre, o seu nome ao da portuguesíssima vila de Olivença.

Em 1645, a 25 de Outubro, no auge das lutas pela consolidação da nossa independência, o marquês de Leganez, à frente de poderoso exército de 15.000 homens, atacou violentamente Olivença. A praça deste heróico rincão lusitano oferece renhida resistência. Todo o exército inimigo retirou, vencido. Mais: a vitória registara a força indomável dos Portugueses. A carnificina foi, no entanto, tremenda.

35

---

(º) 14 de Outubro de 1649. *Elementos*, vol. V, pág. 180.

D. João IV solicita, então, ao Senado de Lisboa, que, «tendo respeito ao dano que receberam algumas orfãs da vila de Olivença, que perderam seus pais e seus parentes», case algumas dessas orfãs e lhes entregue o dote habitual. Não se eximiu o Senado ao patriótico auxílio; Olivença, decerto, não mais esqueceu a cidade de Lisboa.



Nunca, através de toda a sua existência, deixou a Câmara de Lisboa de pugnar, muitas das vezes violentamente, pelas suas prerrogativas. O decreto de 15 de Junho de 1648<sup>(10)</sup>, deixa-nos entrever a alta importância que, perante o Reino, era dada ao Senado:

«Por fazer mercê ao Senado da Camara d'esta cidade, hei por bem que assim como os tribunais vem despachar à minha presença os negócios de maior importancia, nos dias que lhes tenho assinalado, venha o Senado da Camara nos em que lhe mandar fazer aviso; e assistirão o presidente em cadeira rasa e os demais vereadores em banco, e um procurador da cidade e dois mestres todos trez em pé, e o escrivão da Camara na mesma forma; e o procurador da cidade e mestres que não vierem na proxima vez, virão na segunda, indo-se alternando em forma que tenham lugar de vir todos quando lhes for cabendo; e trarão os negócios de maior importância que se oferecerem, para se votarem e resolverem diante de mim.»



Poucos meses viveu D. Francisco Mascarenhas depois de ter abandonado a presidência da Câmara de Lisboa. Faleceu, em Lisboa, no dia 9 de Agosto de 1651. O 1.º Conde da Torre, que foi casado com D. Maria de Noronha, viveu durante alguns anos no mesmo palácio onde uns decénios antes havia habitado outro presidente da Câmara, Manuel de Vasconcelos. Coincidência? Não. Ambos tinham parentesco com os proprietários do palácio: os Condes de Castanheira e de Atalaia. D. Fernando era genro de D. Nuno Manuel e, assim, cunhado dos 1.º e 2.º Condes da Atalaia<sup>(11)</sup>. Neste palácio nasceu uma das filhas de D. Fernando Mascarenhas, Madalena, baptizada em 5 de Março de 1639 pelo capelão-mor Dom Álvaro Costa<sup>(12)</sup>.

É curioso registar que nenhuma das biografias do 1.º Conde da Torre nos fala de uma filha de nome Madalena. Erro do assento de baptismo? Ou talvez por ter morrido criança ainda, não a mencionem as genealogias?

<sup>(10)</sup> *Elementos*, vol. V, pág. 111.

<sup>(11)</sup> Ler o trabalho do autor, *A Freguesia de S. Cristóvão*, vol. I, pág. 129 e segs.

<sup>(12)</sup> *Livro III de Bapt.* fls. 21 v., de S. Cristóvão.

LUIS DE MELO

1651-1654

É do teor seguinte a carta régia que designa Luís de Melo, porteiro-mor do Reino, presidente da Câmara:

«Dom João per graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa senhor da Guiné e da conquista navegação comercio de Ethiopia, Arabia, Persia e da India etc. faço saber aos que esta minha carta virem, que pella grande importancia de que he o Cargo de Prezidente da Camara desta çidade, que tegora servio Dom Fernando Mascarenhas conde da Torre do meu conselho d[e] estado, e, pello muito que convem prover nelle pessoa de taes partes e qualidades que possa ter por serto della que na obrigação delle cumprirá muito inteiramente com a sua, e havendo eu respeito as que concorrem, em Luis de Mello meu porteiro mor, e pello que tenho entendido da satisfação e zello com que se emprega em meu serviço, Me praz e hey por bem de o carregar do dito Cargo de Prezidente da Camara e governo desta cidade para que o sirva por tempo de tres annos se antes disso eu não mandar o Contrario, com declaração que das matherias de que se me ouver de dar Conta tocantes ao Governo da Camara e cousas que correm pello tribunal della, se farão papeis, ou consultas, que se me enviarão na forma em que o fazem os outros tribunaes, por isto ser o que mais convem a meu Serviço, e ao bom Governo da çidade, e por esta hey permitido de posse do dito Cargo ao dito Luis de Mello para logo a comessar a servir, jurando primeiro na chancellaria, que bem e verdadeiramente e Como he obrigado o servirá, e mando aos Vereadores e Procuradores da cidade, e procuradores dos Mesteres della, e aos mais officiaes e ministros de que elle como Prezidente da mesma Camara he superior que o hajão por provido, do dito Cargo por mym para o servir conforme ao Regimento della, e com o dito Cargo avera o ordenado prós e percalços que diretamente lhe pertencerem, e, por firmeza de que dito he lhe mandey dar esta carta por mym assinada passado por minha chancellaria e sellada com o sello grande de minhas armas, dada na cidade de Lisboa aos dous dias do mes de janeiro. Pantaleão Figueira a fez anno do nascimento de nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e sincoenta e hum. . . (13).

Luís de Melo, que também foi Capitão da Guarda Real, Alcaide-Mor de Serpa e Comendador de Santa Maria de Algodres (14), começou a exercer o alto cargo de Presidente do Senado no dia 7 de Janeiro (15).

(13) *Livro Carmezim*, fl. 119 v.

(14) *Hist. Gen.*, tomo XII, parte I, pág. 219.

(15) *Livro IV dos Assentos*, fl. 41 v.

Continuou, no entanto, a ocupar as funções exercidas já por seu Pai, Cristóvão de Melo, de porteiro-mor do rei. Não querendo privá-lo deste lugar, D. João IV oficiou à Câmara, em 30 de Janeiro, nos seguintes termos<sup>(16)</sup>:

«Pela necessidade que tenho da pessoa de Luis de Melo, meu porteiro mor, nos dias em que costume dar audiencias publicas, encomendo muito do Senado da Camara d'esta cidade mude o despacho para dias em que o dito Luis de Melo, sem fazer falta a meu serviço, possa assistir aos despachos do Senado, e isto emquanto elle for presidente.»



Várias medidas tendentes a atenuar a grave crise da falta de trigo, que se prolonga por todo o ano de 1651, houve-as, logo no início do seu mandato, Luís de Melo. É com desassombro, pois nunca a Câmara esquecia o bem-estar do seu povo, que o Município expõe ao Rei os inconvenientes de se lançar novo imposto na cidade, sobre o pão, como fora ordenado em todo o país. Vejamos este passo do requerimento feito a D. João IV, em 9 de Outubro desse ano<sup>(17)</sup>: «Que nas outras vilas e cidades do reino haja taxas no pão é muito justo e muito necessario, porque o pão que gastam é nascido nos seus proprios termos, sem necessitarem de pão de fora; e como tem em si tôdo o mantimento de que os moradores hão de viver por todo o decurso do ano, com a taxa se enfreiam as demasias dos avaros que têm o pão fechado para lhe levantarem os preços e beberem o sangue do pobre povo. . . »



Uma das grandes preocupações do Senado, nestes turbulentos anos de guerra com Castela, era a defesa da cidade, as suas linhas de fortificação. É curioso anotar que alguns dos decretos que ordenavam à Câmara a execução dessas dispendiosas como necessárias obras, foram assinados pelo jovem D. Teodósio. Com a data de 11 de Março de 1652 ordenava o príncipe real que se construísse uma linha de defesa, constituída por baluartes de alvenaria, e que tivesse o seu início em Alcântara. Só mais tarde, porém, se elevaram os dois principais baluartes: o de Santa Apolónia e o de Cruz da Pedra<sup>(18)</sup>.

<sup>(16)</sup> *Elementos*, vol. V, pág. 268.

<sup>(17)</sup> *Elementos*, vol. V, pág. 318.

<sup>(18)</sup> *Dispersos*, Vieira da Silva, vol. I, pág. 160.



Em 1651, a 29 de Março, manifestou-se na cidade um dos mais pavorosos incêndios de todos os tempos. Em poucas horas ficou inteiramente destruído o templo de Nossa Senhora do Loreto. Diminutos como então eram os meios de combate, sem material apropriado e ausência quase total de pessoal adestrado, os incêndios eram uma das mais pavorosas calamidades que podiam surgir na cidade.

Neste mesmo período da gerência de Luís de Melo, algumas medidas haviam sido tomadas já tendentes senão a evitar, pelo menos a atenuar o eclodir de fogos, como a proibição de casas de venda e fábricas de pólvora. Após o incêndio do Loreto, essas medidas foram de facto redobradas. Menos de três meses passados reconhece-se mesmo o grave perigo para a cidade da existência, nos seus limites, da Torre da Pólvora. Dada, porém, a dificuldade da sua transferência, foi então ordenado que «na redondeza da dita torre» «mandasse o Senado levantar um muro alto».

Tanto quanto possível e as circunstâncias o permitiam, o Senado procurava, sem dúvida, diminuir o perigo dos fogos na cidade. Mas de balde o fazia; os meios de transporte, morosos e difíceis, a falta de água, cada vez maior, o pessoal mal adestrado, tudo concorria para tornar quase insolúvel o problema da extinção de incêndios.



A guerra com Castela continuava. Os recontros entre os soldados dos dois reinos eram frequentes, embora limitados a simples avançadas da cavalaria portuguesa em território espanhol. Uma figura de militar se destacava entre todas: a de André de Albuquerque.



Em meados de 1653 falece o esperançoso príncipe D. Teodósio e é, então, jurado herdeiro do trono, na corte de Tomar, seu irmão D. Afonso.



Em Janeiro de 1654 o mandato de Luís de Melo terminara, antes mesmo de ter sido designado novo presidente. A 4 desse mês, o vereador Paulo de Carvalho<sup>(19)</sup> escreve, nestes termos, ao Secretário do Estado, Pedro Vieira da Silva: «O presidente deste Senado mandou dizer a ele que tinha acabado o tempo do seu provimento e que não podia assistir; e como tinha particulares comissões, assim na cobrança de novos

---

(19) *Elementos*, vol. V, pág. 465.

impostos como na despeza deles e outras coisas a que é necessario acudir-se, me pareceu dizer-lo a V. Mercê, para que seja presente a S. Mag., que Deus guarde, e mandar ordenar o que mais houver por meu serviço, *porque este gado sem pastor é muito mau de guardar* <sup>(20)</sup>, e cada dia há novidades, principalmente agora na ocasião de côrtes; e o presidente, além do amor e zelo com que serve, tem experiência dos negócios que estão entre mãos».

Embora, como se depreende desta carta, fosse vontade da Câmara a renovação do mandato de Luís de Melo, D. João IV, por razões que se desconhecem, não satisfêz tal desejo e, secamente, determina que Paulo de Carvalho continuasse «com as comissões que estavam dadas ao presidente e, particularmente, a de superintender aos novos impostos e ao pagamento dos soldados».

#### D. RODRIGO DA SILVEIRA — CONDE DE SARZEDAS

1654-1655

Efêmera foi a gerência do Conde de Sarzedas como Presidente do Senado. Os termos da carta régia <sup>(21)</sup> de nomeação não diferem da anterior. Os mesmos três anos de exercício e «declaração que das materias de que se houver de dar conta tocantes ao Governo da Camara e cousas que correm pelo tribunal dele, se farão papeis ou consultas».

A nomeação de D. Rodrigo é de 4 de Março de 1654, mas a sua posse somente se realizou a 17.

Antes de ocupar o lugar de Presidente do Senado exerceu o 1.º Conde de Sarzedas o alto cargo de Governador e Capitão-General de Tânger; participou na restauração da Baía, em 1625, e foi Comendador de Santa Maria e de Santa Olaia, Senhor de Sovereira Ferosa. Partidário leal do duque de Bragança, D. Rodrigo rejeitou de Filipe III de Castela o título de Marquês de Sovereira Ferosa.

★

Menos de três meses volvidos baixa à Câmara o decreto régio <sup>(22)</sup> que determina a colocação em «todas as portas desta cidade, em uma pedra de jaspe branco, no mais decente logar», de lápidas comemorativas da eleição da Virgem Maria a padroeira do Reino.

(20) Sublinhado no próprio documento.

(21) *Livro Carmezim*, fls. 122 v. e 123 v. e *Cbancelaria de D. João IV*, livro 26, fl. 760.

(22) De 2 de Junho de 1654.

A inscrição, da autoria de António de Sousa Macedo, só mais tarde (1656) foi colocada nas portas da cidade. De todas essas lápidas só uma hoje nos recorda a determinação de D. João IV. Está embebida no cunhal do palácio dos Teles de Melo, na esquina da Rua dos Remédios para a Calçada do Galvão, onde se ergueram as Portas da Cruz.



A acção administrativa do Senado, durante este curto período de tempo, pode-se dizer que foi limitada às obras da fortificação da cidade.

Novos impostos foram criados. A ameaça sempre premente de uma investida dos exércitos de Castela levava o Rei a determinar a construção de baluartes e reparações, sobretudo no presídio do Castelo. Mas... as finanças municipais estavam exaustas.

A 3 de Março — um ano decorrido — D. Rodrigo da Silveira é nomeado vice-rei da Índia, para onde partiu no dia 23. Chegou a Goa a 21 de Agosto e nesta cidade faleceu (e, segundo alguns historiadores, envenenado) em 3 de Janeiro de 1656<sup>(23)</sup>.

## D. JOÃO DE SOUSA DA SILVEIRA

1655-1661

Nos mesmos termos das anteriores, a carta régia que designa D. João de Sousa da Silveira, veador de D. Luísa de Gusmão, presidente do Senado de Lisboa, é datada de 14 de Abril de 1655<sup>(24)</sup>. A 20 do mesmo mês toma posse do cargo.

Uma das primeiras medidas de D. João foi solicitar do poder régio autorização para que, no seu impedimento, servisse o vereador mais antigo<sup>(25)</sup>.



No ano de 1655 morre, no seu palácio de Alcântara, D. João IV. D. Luísa de Gusmão, por decisão testamentária do Rei, é investida nas funções de regente; D. Afonso, jurado herdeiro do trono nas cortes de Lisboa de 1653, tem apenas 13 anos de idade.

---

<sup>(23)</sup> O seu corpo foi sepultado na igreja do Convento de S. Domingos.

<sup>(24)</sup> *Livro Carmezim*, fl. 124 e *Chancelaria de D. João IV*, livro 26, fl. 295.

<sup>(25)</sup> *Livro I de D. Afonso VI*, fl. 100.

Embora doente, foi aclamado rei com a solenidade habitual na tarde de 15 de Novembro desse mesmo ano. Na tribuna armada no Terreiro do Paço (em tablado com 104 pés de comprido por 14 de largo) estava presente todo o Senado com o seu Presidente, D. João de Sousa da Silveira, que assina, como testemunha, o auto de aclamação.

★

O primeiro documento que baixa à Câmara com a assinatura de D. Luísa de Gusmão é de 27 de Novembro<sup>(26)</sup>.

★

Dando satisfação ao pedido que os Vereadores do Senado haviam feito em 13 de Agosto de 1657, a Rainha determina, por seu despacho de 1 de Setembro, que os vencimentos destes fossem aumentados para 300\$000 anuais, isto é, que fossem equiparados aos «ministros dos mais tribunais»<sup>(27)</sup>.

Dois meses depois<sup>(28)</sup>, «porquanto o barbeiro, que era obrigado a acudir ás suas casas, o não fazia com a assistência necessária», foi resolvido que «não houvesse barbeiro de mesa» e ao presidente fôsse dada a propina de doze mil e ainda mais doze mil reis para se reduzir também a dinheiro as tochas que era «obrigação darem-se pelo dia da aclamação e o primeiro de dezembro e os dois dias seguintes».

## NUNO DE MENDONÇA

1661-1664

No dia 11 de Junho de 1661, um «sabado á tarde» (pormenoriza uma nota escrita à margem da Carta régia da nomeação<sup>(29)</sup>), tomou posse, como o seu antecessor, por três anos, do cargo de Presidente do Senado, Nuno de Mendonça, 2.º Conde de Vale de Reis, que, entre outros lugares de prestígio na corte, exercera o de Governador e Capitão-General do Reino do Algarve<sup>(30)</sup>.

(26) *Livro I de com. e dev. de D. Afonso VI*, fl. 111.

(27) *Livro I de cons. de Afonso VI*, fl. 202.

(28) *Livro IV dos Assentos do Senado*, fl. 108.

(29) *Livro Carmezim*, fl. 127 e *Livro II de D. Pedro II*, fl. 183 v.

(30) Faleceu em 15 de Março de 1692.



Passado pouco mais de um mês, envolvia-se a Câmara de Lisboa em novos encargos e, por seu intermédio, o Governo da Nação impunha ao povo pesados tributos. Por carta régia de 19 de Julho desse ano é comunicado ao Senado o ajuste do casamento da infanta D. Catarina com Carlos II de Inglaterra.

Portugal perde, então, a sua soberania sobre Tânger e Bombaim; cede à Grã-Bretanha a liberdade do Comércio no Brasil e na Índia.

A Nação é muito principalmente à capital eram exigidos novos e pesadíssimos encargos; mas foi a Câmara de Lisboa, de facto, como cabeça do Reino, a primeira por isso a sofrer o resultado penoso e quase asfíxiante de uma tão discutida determinante política da diplomacia de então. Enormes foram os encargos. Lisboa, no entanto, embora forçadamente, veste suas melhores galas; toda a cidade reluz de iluminação feérica, de fogueiras e de fogos de artifício. Procissões, cavalhadas, jogos, imponentes corridas de touros, emprestam por uns dias à capital do Tejo o aspecto deslumbrante das grandes ocasiões festivas da Corte.

Uns meses volvidos, Lisboa de novo engalana suas ruas. O Tejo emoldura um dos mais belos quadros de toda a sua história. A armada inglesa, fundeada nas suas águas, dá à cidade um aspecto de magnificência. O Terreiro do Paço, como no-lo apresentam as gravuras de Dirk Stoop e de Mathieu Merivan, «viveu», sem dúvida, a hora mais alta de todo o seu passado glorioso. Por toda a cidade, o Senado de Lisboa organizou danças e folias.



Em 29 de Junho de 1662 <sup>(81)</sup> D. Afonso VI comunica ao Senado nos seguintes termos, a sua (!) resolução de tomar as rédeas da Governação do Estado: «Conde Presidente amigo, vereadores e procuradores da Camara da cidade de Lisboa, e procuradores dos mesteres d'ella, eu el rei vos envio muito saudar. — A idade em que me acho, o estado que de presente tem estes reinos e o querer aliviar em parte o trabalho que a rainha, minha mãe e senhora, teve no governo deles, me obrigou a começal-o a exercitar, que é o que estou fazendo com grande desejo de consolar e governar meus vassallos, muito conforme às obrigações que para isso tenho; de que me pareceu avisar-vos para que, tendo-o entendido, me sirvais e ajudeis em tudo o que estiver em vossas mãos, como sois obrigados.»

São inúmeras as cartas trocadas, neste agitado período da política de então, entre o presidente do Senado e o Secretário do Estado, o astuto e inteligente polígrafo António de Sousa de Macedo. Este facto demonstra bem a posição que, perante a incapacidade governativa do Rei, havia tomado, além do Conde Castelo Melhor, Sousa Macedo.

---

<sup>(81)</sup> *Elementos*, vol. VI, pág. 343.

★

Neste ano de 1663 Lisboa assistiu, atemorizada, a um dos maiores tumultos que a ira popular desencandeara nas ruas da cidade. Côncio do perigo iminente do avançar impetuoso das hostes inimigas, levado por violento e enraizado amor pátrio, o povo de Lisboa, num desvairamento terrível, mas compreensível, acudiu em massa ao Terreiro do Paço, clamando o castigo severo dos responsáveis pelos revezes das armas nacionais. Depois, já amotinado, o povo saqueou e assaltou residências particulares, entre elas a do Marquês de Marialva<sup>(82)</sup>.

O Presidente do Senado, não esquecendo seus deveres, andou, com o procurador da cidade, António Pereira de Viveiros<sup>(83)</sup> «aquietando o povo no Terreiro do Paço, com grave risco da sua vida».

★

Uma das acções de Nuno de Mendonça, à frente dos negócios de Lisboa, foi, sem dúvida, o interesse que manifestou pela limpeza da cidade. Foi de facto durante a sua gerência que se encarregaram ministros de orientar em cada bairro de Lisboa a limpeza<sup>(84)</sup>, dando-lhes dinheiro e «rol dos monturos»; e, se começaram a usar carros na remoção dos detritos.

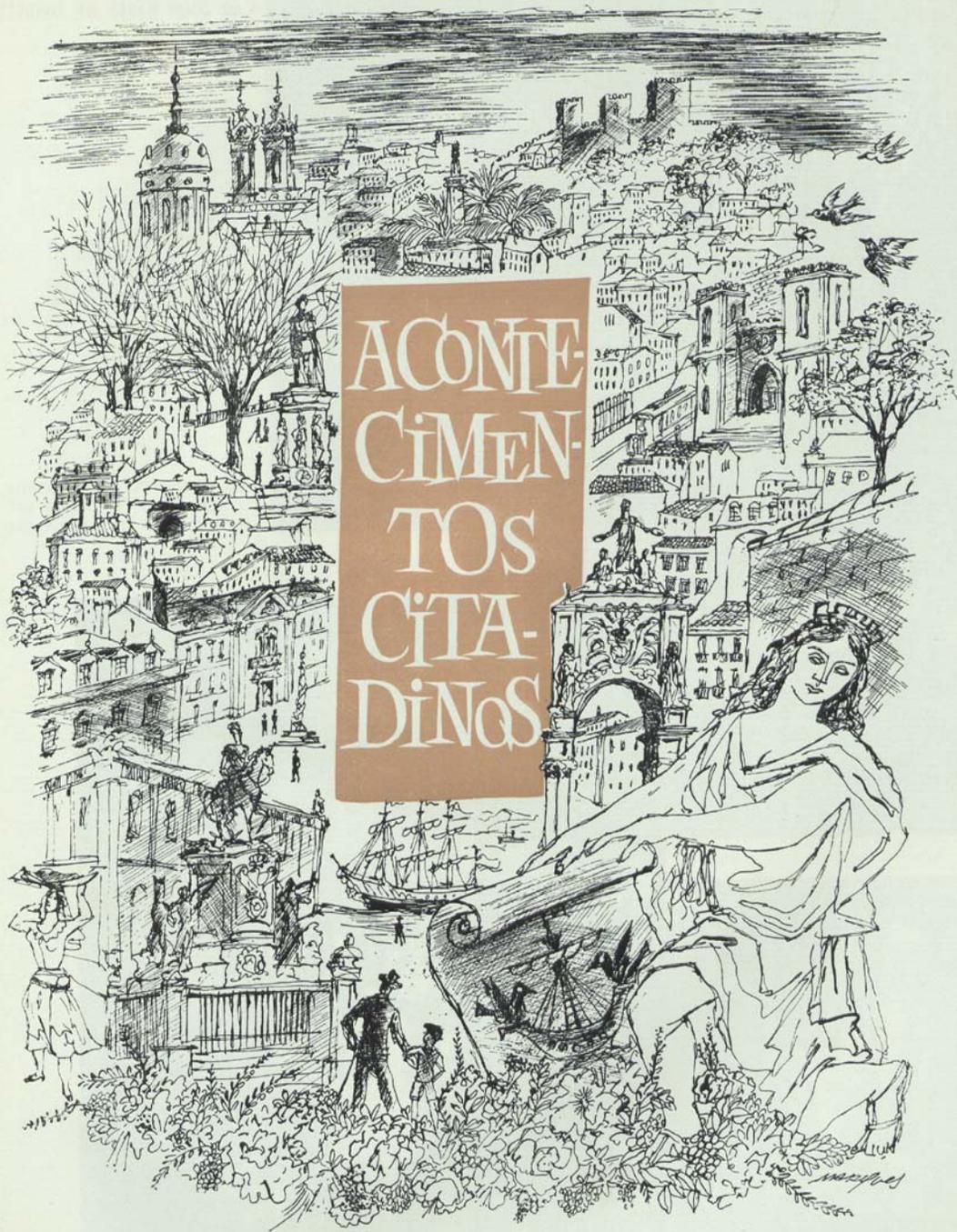
(Continua na pág. 78).



<sup>(82)</sup> *Portugal Restaurado*, vol. IV, pág. 117.

<sup>(83)</sup> *Livro II de D. Pedro II*, fl. 281.

<sup>(84)</sup> *Elementos*, vol. VII, pág. 73.



ACONTE-  
CIMEN-  
TOS  
CITA-  
DI-  
NOS

RECEÇÃO OFERECIDA  
AO LORD MAYOR DE LONDRES



NO MOMENTO DA CHEGADA  
E DURANTE A EXECUÇÃO DOS  
HINOS DOS DOIS PAISES

A SAÍDA DOS PAÇOS DO CONCELHO



RECEPÇÃO OFERECIDA  
AO LORD MAYOR DE LONDRES

A OFERTA DO SR. PRESIDENTE DA C. M. L.



O LORD MAYOR OBSERVA A PRENDA OFERECIDA  
A SUA ESPOSA PELA SENHORA DE FRANÇA BORGES



A ASSINATURA DO LIVRO DE OURO





A DELEGAÇÃO MILITAR DE MARROCOS, QUE PARTICIPOU NO CAMPEONATO MILITAR DE FUTEBOL, CUMPRIMENTA A CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



O SR. J. KORBING, VICE-ADMINISTRADOR DO PORTO DE COPENHAGA E PRESIDENTE DO MUNICIPIO DAQUELA CIDADE, E SUA COMITIVA, APRESENTAM CUMPRIMENTOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



O SR. ALEX MOSCOVITCH, PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE PARIS, NA APRESENTAÇÃO DE CUMPRIMENTOS AO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

VISITA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
À EXPOSIÇÃO DE FLORICULTURA



VISITA DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
À EXPOSIÇÃO DE FLORICULTURA. ALGUNS  
DOS EXEMPLARES OFERECIDOS AO  
ILUSTRE VISITANTE



O SR. PRESIDENTE DO CONSELHO,  
VISITA A EXPOSIÇÃO DE FLORICULTURA





O SR. PRESIDENTE DA C. M. L. DISCURSANDO NO ACTO DA POSSE DO SR. DR. FILIPE MORGADO ROMEIRAS DO CARGO DE DIRECTOR DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO

O SR. DR. LEOPOLDO DE ALMEIDA AMARAL DISCURSANDO NO ACTO DA SUA POSSE DO CARGO DE CHEFE DA 2.ª REPARTIÇÃO DA DIRECÇÃO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO





OS MEMBROS DA «CITY LIVERY CLUB», DE LONDRES, APRESENTAM CUMPRIMENTOS  
A PRESIDENCIA DA C. M. L.

OS SRS. PRESIDENTES DA REPÚBLICA E DA C. M. L., ACOMPANHADOS DE SUAS ESPOSAS,  
ASSISTEM, NO CINEMA IMPÉRIO, A EXIBIÇÃO DE FILMES CULTURAIS DA C. M. L.

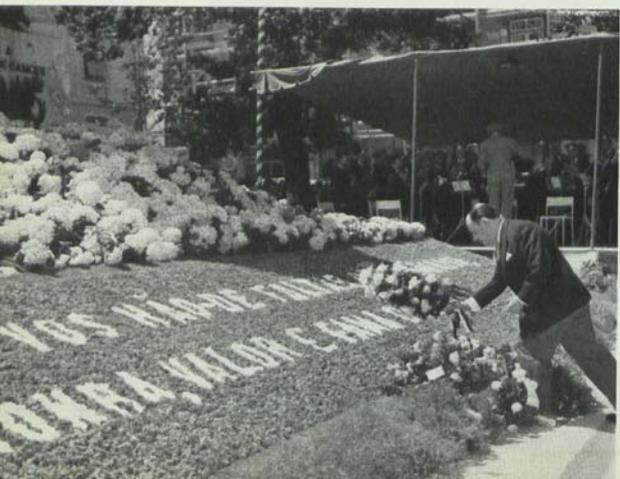




CERIMÓNIA DA «ENTREGA DE MACHADOS»  
AOS RECRUTAS DO B. S. B.—O PRESIDENTE  
DA C. M. L. DISTRIBUI PRÉMIOS AOS RECRUTAS  
QUE MAIS SE DISTINGUIRAM NOS EXERCÍCIOS



REUNIÃO DOS PRESIDENTES DAS CÂMARAS  
MUNICIPAIS DO DISTRITO DE LISBOA  
—A RETRIBUIÇÃO DOS CUMPRIMENTOS DO  
PRESIDENTE DA C. M. L. ÀQUELAS ENTIDADES



«DIA DE PORTUGAL» — HOMENAGEM A CAMÕES

A PRESIDENCIA E A VERAÇÃO DA C. M. L.  
INAUGURAM O I SALÃO DE ARTE E ARTESANATO  
DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS,  
NO PALÁCIO GALVEIAS



INAUGURAÇÃO DO I SALÃO DE ARTE  
E ARTESANATO DOS FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS  
—UM ASPECTO DA VISITA



CASAMENTOS DAS NOIVAS DE SANTO ANTONIO  
—UMA NOIVA OFERECE AO SR. PRESIDENTE  
DA C. M. L. UMA FATIA DO TRADICIONAL BOLO





«TE DEUM» NA IGREJA  
DE SANTO ANTÓNIO,  
EM 13 DE JUNHO

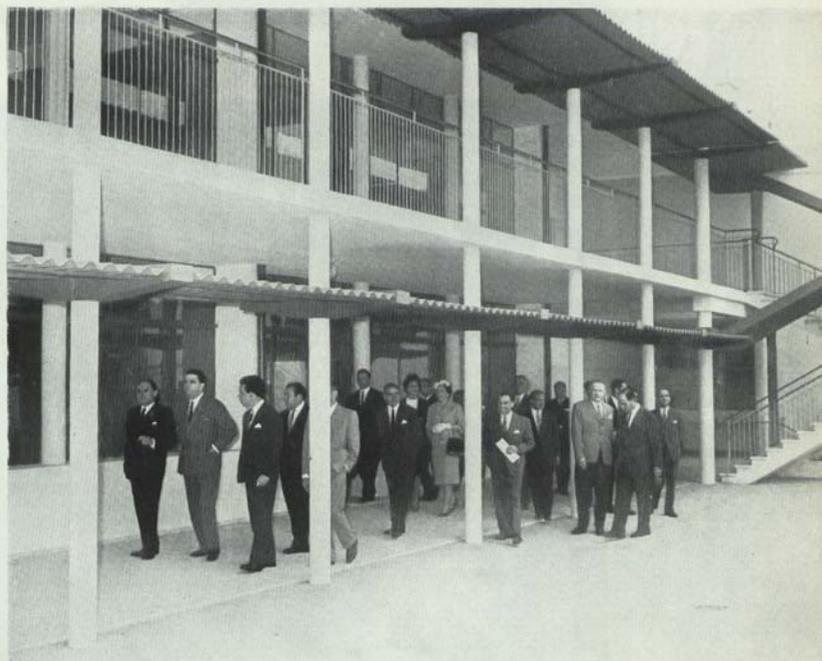


PROCESSÃO  
DE SANTO ANTÓNIO

CUMPRIMENTOS  
DOS LUSO-AMERICANOS  
DO CABRILLO CIVIC  
CLUBS, DE CALIFORNIA, À  
PRESIDENCIA DA C. M. L.  
—A ENTREGA DA CHAVE  
DAQUELA CIDADE



INAUGURAÇÃO  
DO GRUPO ESCOLAR  
DE SANTA QUITERIA,  
COM A PRESENÇA DO  
SUBSECRETÁRIO  
DA EDUCAÇÃO  
NACIONAL E DO  
REPRESENTANTE  
DO MINISTRO DAS  
OBRAS PÚBLICAS





INAUGURAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR DA MADRE DE DEUS — AS ENTIDADES QUE ASSISTIRAM AO ACTO

CUMPRIMENTOS DOS TRABALHADORES DA INSTITUIÇÃO ESPANHOLA «EDUCACION Y DESCANÇO». A C. M. L.





## *A Vegetação de Lisboa e os seus Parques e Jardins*

**B**em raros serão os centros urbanos que nascem já revestidos de vegetação pois que, mesmo nas regiões onde esta se encontra já estabelecida e a prosperar, quando a urbanização pretende instalar-se, principia logo o derrube dos exemplares que prejudicam o trabalho dos topógrafos, segue-se o abate dos indivíduos atingidos pelos caboucos e abrangidos pela planta da construção projectada, propaga-se a razia a todo o terreno circundante da obra, inclusivamente àquele que se projecta ajardinar ou mesmo arborizar e, este sistemático desnudar da superfície da terra, repete-se tantas vezes quantas as construções que se projectam, quantos os arruamentos que se traçam, quantos os jardins que se planeiam e, até, quantos os parques e matas que se pretendem estabelecer.

Tal e qual como sucede com tantas construções que os séculos não conseguiram arruinar e que gerações sucessivas se habituaram a respeitar até que qualquer plano mais arrojado, com mais ou menos rigor classificado de urbanização, as inclui nas demolições consideradas imprescindíveis para que o Progresso passe, passe o Trânsito e passem de vez as Velharias; assim também, a Flora existente, se tem que curvar e ceder o seu lugar a novas construções, a novos caminhos, a nova flora que nem sempre consegue ombrear com aquela que a antecedeu no mesmo lugar. Parece ser sina do Homem não saber projectar obra nova sem primeiro deitar por terra as velhas obras que, quantas vezes, têm a inestimável garantia do tempo já longo durante o qual já deram fartas provas do que valem e de como servem os interesses da Humanidade.

Sem pretendermos encarecer o altíssimo valor e o insubstituível papel que, sob os mais variados aspectos, a vegetação representa e exerce nos centros urbanos, porque isso seria tão ocioso como o defender a higiene, enaltecer a estética, realçar o conforto, aplaudir a humanização ou nimbar a poesia desses próprios centros pondo em foco as necessidades do corpo e as aspirações da alma, a satisfação das exigências físicas e a obtenção dos anseios espirituais dos povos agrupados em povoações, queremos apenas frisar que se poderiam classificar de maneira bem distinta as povoações arborizadas, ajardinadas, encastoadas em vegetação, onde o clima é ameno, a paisagem delicada e a labuta diária dos seus habitantes é suavizada; daquelas em que o único revestimento é o dos materiais inertes, em que o único anteparo é o das construções, onde as sombras não existem ou são constituídas por toldos e prédios, onde o ar que se respira não está sujeito à benéfica acção clorofilina, onde o clima sofre, sem resguardo, os extremos das estações, onde a paisagem é árida e dura, e duro é o trabalho das populações sem vegetação que as proteja, onde endurece a sensibilidade, endurecem os sentimentos, endurece, mais do que o corpo, a própria alma.

O revestimento florestal da área hoje ocupada pela nossa Capital, a julgar pelas reminiscências que até há pouco se podiam ainda apreciar em algumas velhas quintas que a urbanização havia poupado, deveria ser constituído pelas espécies que ainda hoje se encontram patentes em alguns locais da Tapada da Ajuda e da Tapada das Necessidades onde formam reservas do climax. Mas, destas espécies, antes de se ter procedido à arborização do Castelo de S. Jorge, nem uma só figurava entre a flora dos parques, dos jardins ou dos arruamentos da Cidade. Agora, já pegou a moda de se plantarem as nossas espécies indígenas, mas quando em 1945 nos propuzemos plantar no Largo de S. Domingos um pinheiro manso e um sobreiro, a nossa sugestão não foi bem aceite porque, dizia-se, nem uma nem outra eram árvores de Cidade mas sim de mata (!).

58 Ainda nos recordamos do escândalo que provocou a decisão de se plantarem pinheiros mansos no ajardinado fronteiro à Capelinha de S. Gens, no Alto da Senhora do Monte, para onde estava projectada a plantação de tílias, que, como todos sabem ou deveriam saber, não resistem ao vento e só se dão bem em terrenos frescos e soltos. Que grande escândalo não seria ainda hoje se as projectadas tílias se tivessem ali plantado!.

Mas, ainda na Senhora do Monte e depois do ajardinado concluído, houve outra decisão que mais exasperou aqueles que classificam a flora segundo os locais onde se habituaram a vê-la, e foi a de se plantarem algumas velhas oliveiras a emoldurar a capela, do lado Sul. Que ideia, um olival em Lisboa! como se isto fosse a província!

Reacções semelhantes provocaram a plantação de pinheiros mansos na artéria transversal ao Parque Eduardo VII, a plantação de sobreiros, de oliveiras e de pinheiros mansos no triângulo compreendido entre a Avenida do Brasil e a Avenida Gago Coutinho, e tantos outros casos em que a nossa flora espontânea foi ocupando o lugar que lhe competia e onde poderia dar-se (como se tem dado) melhor do que qualquer outra e com menos dispêndio para o Município.

Não quisemos deixar de fazer referência a estas contrariedades com que deparámos, não só para que se não julgue que no campo da jardinagem é tudo um mar de rosas sem espinhos, mas também para que se avaliem um pouco as resistências activas e passivas que tem de vencer todo aquele que pretende acertar e deixar obra que perdure.

Seguindo o critério de destinar para cada local o que aí se possa dar melhor em face das condições do «meio» e que melhor possa servir ao fim em vista, quer emoldurando obras de arte quer ocultando aspectos menos dignos, quer proporcionando sombras agradáveis ou contrastes de cor, formando maciços de verdura ou manchas de flor de onde se evoluem ondas de perfume, o revestimento vegetal de Lisboa tem sido sujeito a uma revisão geral e bastante minuciosa.

Desde a arborização das artérias até à constituição dos «mixed-borders» tudo tem sido objecto de aturado estudo e, muito embora nem tudo se encontre ainda perfeito, muita coisa há já que se pode apreciar e que, longe de nos envergonhar, tem constituído um dos melhores cartazes de turismo do nosso País: os nossos jardins.

Se Babilónia foi célebre pelos seus jardins suspensos, se Londres mantém a primazia do número e extensão de parques tão amenos e reconfortantes, Lisboa que em tempos foi a cidade das muitas e desvairadas gentes, é reconhecida hoje por todos, nacionais e estrangeiros (mas sobretudo por estes que melhor notam a diferença) como a Cidade dos jardins, e dos jardins bem cuidados, asseados, em ordem, onde se reconhece em cada arbusto ou em cada canteiro, o desvelo dos jardineiros e o cuidado do Público.

Na verdade, são tantos, e tão variados os ajardinados com que deparamos pela Cidade fora que, sem exagero, se pode dizer que quase não há recanto algum onde, ao menos um pequeno canteiro, não dê uma nota de frescura, não marque a presença dos Serviços Municipais, não mostre a todos o interesse que a Câmara tem em estar presente, sempre que pode, para melhorar as condições de vida dos seus Municípios.

Como é do conhecimento de todos, na parte antiga da Capital, devido à pouca largura dos arruamentos, à exiguidade dos passeios e ao excessivo trânsito de veículos e de peões, torna-se impossível a plantação de arvoredo, mas assim mesmo, sempre que alguma daquelas condições deixa de manter-se e permite a plantação, lá aparecem os

Ulmeiros em frente à Igreja de S. Nicolau, as falsas faias na Rua de Santa Justa e no Largo da Anunciada, as Olaias das Escadinhas de S. Francisco, da Calçada dos Barbadinhos e das Escadinhas da Praia, os Lódãos da Rua da Saudade e do Largo de S. Martinho, os Choupous da Igreja de S. Tiago, os Lódãos do Beco da Bicha e as inúmeras Oliveiras por essa Alfama fora.

Nos bairros mais modernos já o caso muda de figura porque, então, a par da plantação de arvoredos também se consegue, mesmo nas artérias de maior trânsito, uma faixa ajardinada que tanto refresca o ambiente. Mas é, sobretudo, nos jardins de estilos tão diversos, de dimensões tão variadas e de flora tão distinta, que Lisboa marca a sua posição tão característica de Capital e de capital de um Império como é o Império Português onde a flora dos cinco Continentes sempre encontra ambiente que lhe sirva, onde, a universalidade dos povos, se encontra como que representada pela universalidade das plantas.

Esta razão histórica, que tão fielmente traduz a nossa expansão pelo Mundo e reproduz, a tantos séculos de distância, a recomendação dos nossos Reis aos navegadores para que lhes trouxessem exemplares da fauna e da flora das terras que fossem descobrindo, seria mais que suficiente, se outras razões não houvesse de ordem geográfica como país essencialmente atlântico que somos; de natureza climática, por disfrutarmos também, e tão intensamente, da influência mediterrânica; e ainda pelo valor ornamental que certas plantas possuem; para que deixássemos de alimentar certas fobias contra determinadas espécies que não são culpadas de possuímos um clima e uns terrenos que lhes servem tão bem como os seus naturais. O mau gosto, a ignorância e certos complexos de inferioridade geraram, entre nós, alguns facciosismos e consolidaram determinados preconceitos que bom seria banir antes que outros povos se apercebam de conduta tão errada pela nenhuma razão que lhes assiste e pelo que contém de renegação de um passado de que nos deveríamos mostrar mais respeitadores e tígnos.

Como corolário das ideias expendidas e como prova mais do que evidente da necessidade que todos nós sentimos de trazer para o nosso convívio as espécies indígenas de outros pontos do Globo, queremos apresentar o jardim de Lisboa que ocupa um lugar único no Mundo e onde encontram ambiente favorável plantas das mais afastadas paragens do Mundo inteiro: a Estufa Fria.

Embora se não trate de uma estufa mas sim de um simples abrigo, e ainda que não seja fria, pois que, apesar de não ter aquecimento, como se encontra orientada a Sul a sua temperatura nunca é tão baixa que mereça aquela classificação, o que é certo é que a designação de *estufa fria* se divulgou por todo o País e pelo Estrangeiro de tal forma que este gigantesco jardim de rochas, protegido pelo abrigo que o ripado de madeira lhe proporciona por cima e pelo lado Sul, e amparado pelos outros lados pela muralha da extinta pedreira em forma de ferradura, passou a significar qualquer coisa de maravilhoso, de fantástico, e é considerado como um paradigma de ajardinados pro-

tegidos contra os rigores de qualquer clima. E assim se compreende que, entre os países que nos têm solicitado elementos para poderem construir um ajardinado semelhante, se encontrem o Canadá e a Venezuela além de outros possuindo condições climáticas intermédias.

A Estufa Fria, dizíamos nós que era uma prova mais do que evidente da nossa maneira de ser e de sentir e, na verdade, os próprios cegos e os surdos, também podem emudecer com o cantar das suas fontes, o perfume das suas flores e os trinados dos rouxinóis e das toutinegras interceptados pelos assobios dos melros que a frequentam.

Os aromas que exalam a *Magnolia fuscata*, o *Daphni Indicum*, o *Hedychium Gardnerianum* e o *Crinum*, para só mencionar os mais notáveis, são indiscreíveis e não é fácil dizer qual deles é o melhor.

As manchas de cor produzidas pelas Azáleas de diversos tons, também não encontram palavras que as traduzam, e tão-pouco há expressões que definam a beleza de certas variedades de Camélias como a Gouveia Pinto, a «Reine des Fleures», a *Magnolia*, a *Alba plena* e a *Recticulata*.

Mas, de apreciar, não é só a maravilhosa flora deste encantador ajardinado, onde se entrelaçam as gigantescas folhas das *Alsophylas* e das *Cyatheas* com os elegantes espiques das *Kentias* e das *Arecas*; onde a Selaginela atapeta de veludo verde os canteiros e a *Liptarpia* espalha as suas flutuantes gotas de ouro por entre os rubis dos morangos silvestres; onde as caprichosas flores das *Strelitzias* lembram cabeças de aves paradisíacas de rostro alaranjado e coroadas de azul, mirando as enormes folhas de algumas *Begónias*, que lânguidamente se espalmam contra o chão, e as das *Musas*, ávidas de liberdade, que se esforçam por transpor o ripado; onde as Camélias do Japão e da China se abraçam aos fetos da Austrália e da Nova Zelândia; o Gerânio da Madeira e a *Conteira dos Açores* perfumam os *Bambus* da Índia e a *Brunfelsia* das Antilhas; onde os Continentes não têm fronteiras e os representantes da sua flora dão aos homens o grande exemplo de como se devem amar uns aos outros, protegendo-se, auxiliando-se, defendendo-se mutuamente, das inclemências do tempo, das insuficiências do terreno, da escassez dos recursos próprios, de tudo o que possa pôr em perigo a vida do indivíduo ou a propagação da espécie; de apreciar é também a parte romântica da construção, onde as grutas se sucedem, as escadas se cruzam e as cascatas se multiplicam; onde os riachos murmuram por todos os lados correndo em todos os sentidos, e os lagos se espream em diferentes planos e com distintas tonalidades de água, segundo a luz que recebem, a vegetação que retratam ou a superfície que reflectem; onde as pontes, em degraus, atravessam lagos, as poldras parecem flutuar à tona de água e as escadarias convergem em arco servindo de viaduto. Neste mundo de maravilha, delicioso santuário da Natureza que contribuiu com exemplares dos mais belos da flora de todos os Continentes para orquestrar nos mais variados tons uma das mais ricas e completas sinfonias vegetais que aos olhos humanos pode ser dado apreciar, quis o Homem contribuir com os

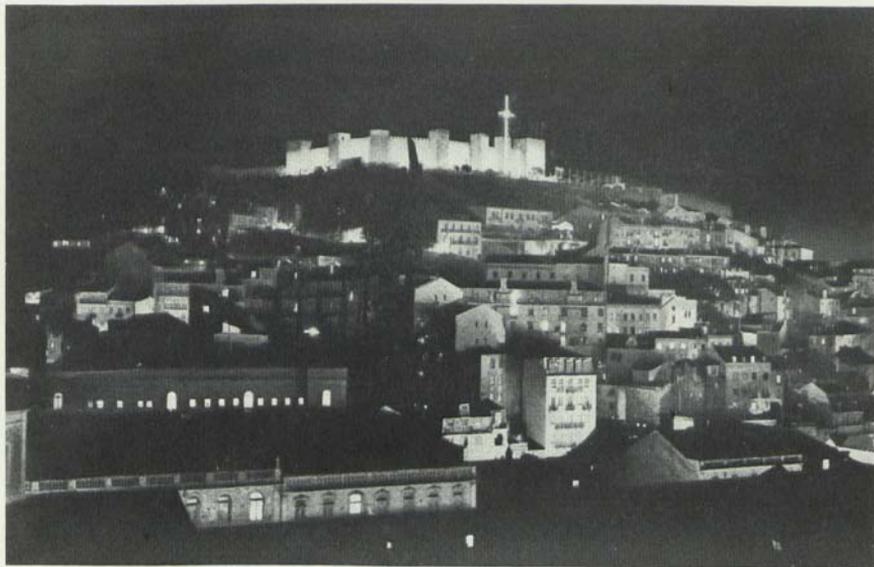
recursos de que dispunha para que a encenação constituísse ambiente condigno a tal elenco e, então, parece ter-se esquecido das realidades desta vida e pôs-se a sonhar: o sonho que tantos desejariam ver realizado é a Estufa Fria.

Mas muitos outros jardins tem Lisboa, e difícil será encontrar dois iguais ou parecidos. De Santa Luzia ao Campo Grande, de Santa Catarina à Estrela, da Praça da Alegria ao Campo de Ourique, do Parque Eduardo VII à Luz, do Príncipe Real ao Parque Silva Porto (em Benfica), das Amoreiras à Madre de Deus, do Campo de Santana à Praça do Império, da Praça Afonso de Albuquerque aos Anjos, que distintos são os traçados deles todos, que diferente é a flora que os compõe, que variados são os motivos que contêm, que diversos os lagos, que diversas as fontes, que diverso o relevo e que diverso o Público que os frequenta. E em todos eles nada se encontra que se possa comparar, nem de perto nem de longe, com o Castelo de S. Jorge onde, ao contrário do que se pode em todos eles perceber, na concepção do traçado, na escolha e distribuição das espécies, na formação das lagoas, na criação de acidentes, em tudo, enfim, do que respeita ao revestimento vegetal, houve a séria preocupação, o constante cuidado de ocultar o mais possível a mão do Homem. Aquilo tudo que lá se encontra foi a Natureza que o fez com os recursos que lhe sobram: o vento e as aves trouxeram as sementes; os insectos e o vento fecundaram as flores! ao Homem só compete guardar, conservar, estimar tudo o que a Natureza lá tem feito crescer e o que, por ventura, lá faça ainda brotar.

O Castelo foi reconstruído, e a flora, sua coeva, tinha que ser reconstituída. E assim se fez.

*(Palestra proferida pelo engenheiro José da Orta Cano Pulido Garcia no S. N. I. em 21 de Janeiro de 1961).*





## O TURISMO E A ILUMINAÇÃO ARTÍSTICA EM LISBOA

— No nosso tempo o turismo consagrou-se como acção indispensável ao descanso mental e à disseminação da cultura, constituindo o grande motivo de diversão à vida quotidiana. Nele se englobam manifestações culturais, artísticas e científicas.

Nesta circunstância, e no quadro geral dessa actuação, *é relevante a exaltação dos valores espirituais e artísticos de cada povo e de cada lugar. Os monumentos, edificações, e outras construções de valor histórico, artístico e social* constituem contributo de primeiro plano na vida turística e de cultura, pelo que é comum promover a sua valorização e destaque mediante a iluminação nocturna.

— Nesta matéria, quanto a Lisboa, diz-se, por vezes, que é uma cidade pouco monumental. Outras, que Lisboa é uma cidade com poucos monumentos.

Especialmente por consequência da sua diversa e caprichosa topografia eu creio ser a razão da impressão de pouca monumentalidade, pois são raros os arruamentos cujas características e perspectivas são conducentes à sua criação.

Todavia existem em Lisboa, salvo erro, 10 monumentos históricos, 26 estátuas (maiores e menores), 18 palácios nacionais ou do património nacional, 3 palácios municipais e 44 palácios particulares, além de quase uma centena de templos e edifícios conventuais.

Se a topografia da cidade tivesse permitido o estabelecimento de uma correlação intencional entre si, como aliás possuímos na edificação do conjunto da Baixa pombalina, decerto Lisboa apresentaria uma fisionomia de muito maior monumentalidade.

Mas, eu creio que a evidenciação dos vários monumentos e outros valores do património dispersos na cidade, que pela sua situação peculiar podem contribuir para uma acção conjunta de efeito, *resulta em monumentalidade, como descobre os seus monumentos*:

— Pelo que respeita aos *monumentos*, sobre que se pretende fazer uma referência especial quanto à iluminação, observa-se:

— Por ocasião das Comemorações Centenárias, de 1940, realizou-se a iluminação da maioria dos monumentos da cidade. Alguns permanecem com as instalações então estabelecidas, como são, por exemplo, a *Sé Catedral*, a *Basílica da Estrela*, a *Estátua de Camões*, a *Estátua de D. Pedro IV*, o *Obelisco dos Restauradores*, o *Monumento aos Mortos da Grande Guerra*, pelo que deverão ser renovadas, logo que seja oportuno.

A iluminação da *Estátua de D. Pedro IV* foi recentemente reforçada em face do aumento do nível da iluminação ambiente. Quanto ao *Obelisco dos Restauradores* prevê-se pormenorizar as grandes figuras do plinto, logo que seja viável conhecer das condições de instalação resultantes do arranjo envolvente.

— No ano passado, e integrada nas Comemorações Henriquinas, foi realizada a iluminação do *Castelo de S. Jorge*.

Monumento de carácter essencialmente vetusto, e rodeado de vegetação, a sua iluminação tem por singular objecto a destriça de planos, sem alteração do aspecto adusto da alvenaria à vista, e denunciar a vegetação envolvente, directa ou indirectamente, consoante a proximidade, com a moderação e singeleza que, quanto a nós, é de exigir.

Também foram iluminados o *Mosteiro dos Jerónimos*, o *Padrão dos Descobrimentos* e a *Torre de Belém*, esta com instalação ainda provisória, segundo supomos.

Exemplares riquíssimos, constituem um conjunto magnificante, a que a pedra branca empresta o fulgor próprio, que bem se casa no contraste imediato sobre o rio.

Foi também iluminada a fachada da *Igreja da Conceição-Velha* com evidência particular do seu magnífico portal.

— Actualmente estão em curso de estudo, ou apreciação, os projectos para a iluminação dos seguintes monumentos:

das *Ruínas do Convento do Carmo*;  
do *Arco Triunfal da Rua Augusta*;  
da *Estátua de D. José I*;  
e do *Mosteiro de S. Vicente de Fora*;

monumentos excelentes de situação e material para efeitos de iluminação.

Seguem-se-lhes:

a *Estátua de Afonso de Albuquerque*;

outro exemplar muito rico, cuja iluminação dará à praça maior relevo.

e a *Estátua aos Heróis da Guerra Peninsular*;

monumento precioso de pormenor que, como o anterior, emprestará à praça maior definição.

A iluminação destes monumentos está considerada para realização do ano corrente.

Temos mais:

a *Estátua de Pedro Álvares Cabral*;

e a *Estátua ao Marechal Saldanha*;

que estão iluminadas provisoriamente, com equipamento inapropriado, prevendo-se sejam realizadas em breve as instalações definitivas.

— Continuando a referência, tem-se:

o *Aqueduto das Águas Livres*, que envolve instalação bastante dispendiosa, porém, dadas as suas dimensões e a situação marcante no vale que atravessa, resultará, em nossa opinião, muito belo, uma vez iluminado.

a *Estátua ao Marquês de Pombal*;

ao *Marechal Duque da Terceira*;

ao *Marquês Sá da Bandeira*;

a *Fernão de Magalhães*;

e ao *Dr. António José de Almeida*.

As instalações de iluminação respectivas serão estudadas e realizadas logo que possível, ou oportuno.

— Temos referenciado os monumentos; quanto a edifícios do património comum, oferecem particular interesse à iluminação exterior, das fachadas, os *palácios nacionais*:

da *Ajuda*;  
de *Belém*;  
das *Necessidades*;  
do *Museu Militar*;  
e da *Assembleia Nacional*.

Os palácios da Ajuda e da Assembleia Nacional pela riqueza e porte das fachadas, exigem instalações importantes. O da Assembleia Nacional tem instalação de reforço da iluminação do frontão principal, desde 1940.

As instalações necessárias a iluminação dos palácios de Belém e das Necessidades, buscando essencialmente o seu relevo nocturno, podem interessar a totalidade, ou apenas parte, das fachadas vistas do lado do Tejo, e são mais simples.

Está em estudo, para realização muito breve, a iluminação dos portais e da colunata do Museu Militar, evidenciando-se o valor singular do portal nascente (do lado da Gare de Santa Apolónia).

— Pelo valor que traduzem são agora de considerar os teatros nacionais:

de *D. Maria I*; actualmente iluminado,  
e de *S. Carlos*;

e os palácios do património nacional seguintes:

dos *Condes de Almada* (ou da Independência), actualmente iluminado. Cabe aqui uma anotação de ordem técnica. Em nossa opinião haveria interesse, para a iluminação, que a pintura da fachada fosse mais clara, embora na gama da cor que foi escolhida.

o palácio das *Janelas Verdes* (ou palácio Alvor, onde está o Museu de Arte Antiga), e o

de *Castelo Melhor* (ou palácio Foz), onde nos encontramos. Este também está pintado de vermelho queimado, mas como possui mais vãos, e guardanets, e elementos de composição, que acentuam os contrastes, resultará bem, como está.

- Temos agora os palácios municipais, que são:
- o dos *Paços do Concelho*, iluminado desde 1940;
  - o dos *Távoras-Galveias*, actualmente iluminado provisoriamente, mas para imediata realização definitiva;
  - e o palácio da *Mitra* (onde está instalado o Museu da Cidade).
- Quanto aos *palácios particulares* cujas fachadas têm mais interesse para a iluminação consideramos dignos de destaque especialmente os seguintes:
- a *Casa dos Bicos*, na Rua dos Bacalhoeiros;
  - o *palácio Palmela*, na Rua da Escola Politécnica e Largo do Rato;
  - o *palácio Quintela*, na Rua do Alecrim;
  - e o *palácio Calbariz*, no largo do mesmo nome.
- Pelo que respeita às *Igrejas de Lisboa*, além das consideradas monumentos nacionais, e atrás citadas, num relance geral consequente da situação, quer em arruamentos especialmente importantes pela frequência, quer pelo domínio panorâmico que usufruem, ocorre referir as seguintes, quanto à iluminação das fachadas e torres:
- a Igreja e Convento da Madre de Deus,  
cujo projecto de iluminação está para realização;
  - a Igreja de S. Domingos;
  - a Capela da Senhora da Saúde, que está iluminada;
  - a Igreja da Madalena, evidenciando o seu portal manuelino;
  - a Igreja da Memória, que possui um belo zimbório de notável visibilidade;
  - a pequena Capela de S. Jerónimo;
  - a Igreja de Santos-o-Velho;
  - de Santo Estêvão;
  - de S. Paulo;
  - da Penha de França;
  - de Jesus;
  - de Santa Catarina;
  - dos Mártires;
  - da Encarnação;
  - de Santa Isabel;
  - a Capela de Santo Amaro;
  - a Igreja de S. Mamede;
  - a dos Anjos;
  - de Nossa Senhora de Fátima;
  - e do Santo Condestável.

— No campo da iluminação artística falta a palavra de lembrança da Fonte Luminosa da Alameda de D. Afonso Henriques, como dos lagos do Rossio. E, se me é permitida a afirmação, do desejo de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Presidente da Câmara, de promover à construção de mais fontes com jogos de água e luz.

Se não constitui referência teimosa, algumas dessas novas fontes muito ganhariam possuir composições artísticas.

— Do ponto de vista da iluminação têm ainda muito interesse várias estátuas menores, pórticos, arcos, casas pitorescas, e alguns preciosos chafarizes da cidade.

E, eventualmente, outros edifícios poderiam ser considerados, para efeito da iluminação em dias festivos, porém para que se justificasse, haveria que proceder a obras de arranjo urbanístico adjacentes e tendentes à valorização desses edifícios, questão que nalguns casos é difícil, senão impossível.

— É apaixonante o assunto da iluminação, especialmente da iluminação artística. Pena que as instalações respectivas sejam tão onerosas, em particular o encargo da sua conservação e manutenção em serviço.

Mas a Câmara, propõe-se a realização da iluminação do maior número possível dos vários monumentos, edificações, e outros valores referidos do seu património, em acção coordenada, e para tanto confia também no auxílio do Estado através dos Serviços competentes.

— Vamos agora passar, como referências:

a) *Alguns monumentos da cidade, tal como se oferecem de dia:*

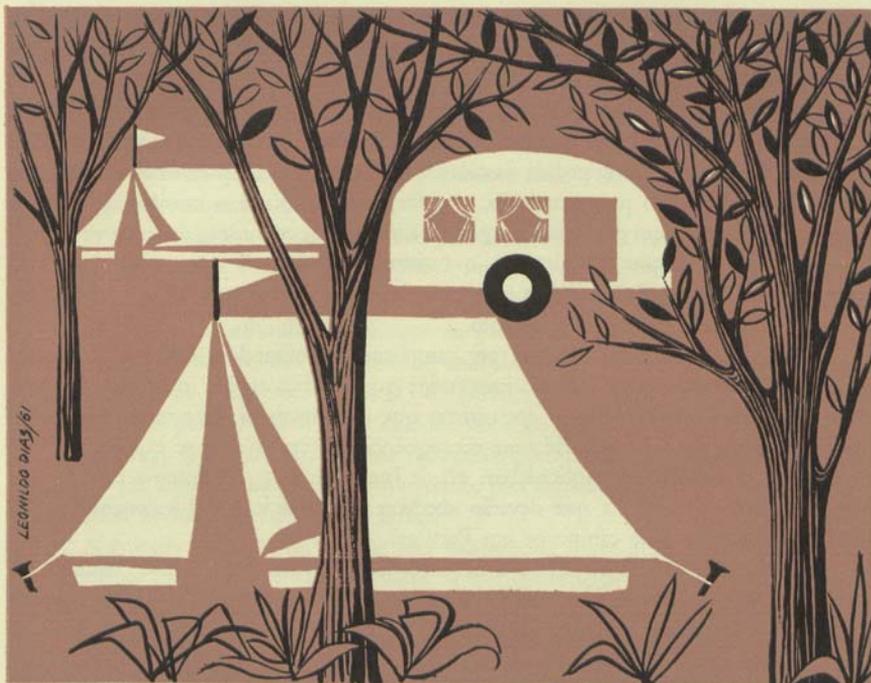
1 — Terreiro do Paço/2 — Jerónimos/3 — S. Vicente de Fora/4 —  
Aqueduto das Águas Livres/5 — Af. Albuquerque/6 — Guerra  
Peninsular/7 — Madre de Deus/8 — Sá da Bandeira/9 — Alva-  
res Cabral/10 — Pombal/11 — Eça de Queirós.

b) *Agora outros, de dia e quando iluminados:*

12/13 — D. Pedro IV/14/15 — Camões/16/17 — Basílica da Estrela.

c) *E outros somente vistos tal como se apresentam iluminados:*

18 — Sé/19 — Mortos da Grande Guerra/20 — Paços do Concelho/  
/21 — Restauradores/22 — Lagos do Rossio.



## *Parque de Turismo e de Campismo de Lisboa*

**H**á já alguns anos que se verifica um aumento constante de número de turistas estrangeiros que procuram o nosso país, principalmente nos fins da Primavera e no Verão, para aqui passarem as suas férias, certamente, atraídos não só pela propaganda efectuada no estrangeiro pelos nossos representantes, mas também pela dos seus próprios compatriotas que, tendo-nos visitado, aqui voltam, saudosos da amenidade do nosso clima, da beleza das nossas paisagens e da bondade e hospitalidade do nosso povo.

Destes viajantes estrangeiros, os de maiores possibilidades económicas, procuram, em geral, hotéis de várias categorias ou, mesmo, alugar casas mobiladas; os restantes,

por economia ou por desporto, fixam-se, utilizando «roulottes» ou simples tendas, em zonas geralmente arborizadas, de boas vistas panorâmicas, e em que encontrem um mínimo de comodidades para sua vida quotidiana.

Até há pouco tempo estes turistas-campistas, que em geral se fixam nas zonas de veraneio, procuravam, em Lisboa, o Parque Florestal de Monsanto, por ser esta a zona mais arborizada e desimpedida da cidade. A sua fixação era, porém, arbitrária, visto não haver local próprio para instalação, que lhes proporcionasse o mínimo de comodidades, hoje existentes em quaisquer parques de turismo e de campismo da Europa Central.

Atendendo a que, actualmente, o turismo é considerado como uma das fontes mais rendosas da entrada de divisas num país, há que executar todas as obras indispensáveis a fomentar o seu desenvolvimento.

Em alguns países, o turismo, por campismo, corresponde a cerca de 60 % do turismo internacional, valor este tão importante que justifica alguns investimentos, com obras necessárias à boa instalação dos turistas que nos procuram. O recente desenvolvimento hoteleiro no nosso país foi uma consequência directa do que se expõe.

Por estas razões foi publicada em 26 de Junho de 1957, a Portaria n.º 16 334, que estabelece as normas a que deverão obedecer a instalação e o funcionamento dos parques de turismo e de campismo em Portugal.

Lisboa não podia ficar alheia a necessidade tão premente, e assim, estudou, na zona arborizada do Parque Florestal de Monsanto, a localização para o primeiro parque de turismo e campismo a instalar na cidade.

A área que se julgou conveniente atribuir a estes parques, atinge a elevada cifra de 120 000<sup>m</sup><sup>2</sup>, o que tornou difícil, pela sua vastidão, a escolha do local. Esta área permite a acomodação, sob o arvoredado, de cerca de 200 «roulottes» e 200 tendas de campistas.

Admitiram-se inicialmente diversas localizações possíveis, mas houve a efectuar a selecção, atendendo aos seguintes factores: superfície necessária, inclinação dos terrenos susceptíveis de permitir a instalação de um avultado número de tendas e «roulottes», acessos fáceis tanto para os que utilizarem veículos automóveis, como para os restantes, ambiente calmo e agradável, vista panorâmica, razoável protecção contra os ventos dominantes que no Verão se fazem geralmente sentir com intensidade, facilidades de obtenção de água potável, etc.

Ponderados todos estes factores, optou-se pelo local denominado «Casal de Paulos», situado na zona ocidental do Parque Florestal de Monsanto, junto da Estrada de Circunvalação, a cerca de 400 metros para nordeste do cruzamento daquela estrada com a de Queluz.

70 Talvez a escolha feita não agrade a alguns dos utilizantes do parque, especialmente aos campistas nacionais, em virtude do local não possuir o panorama grandioso, que se desfruta de alguns dos pontos altos da Serra de Monsanto.

Lamenta-se não ter sido possível encontrar no Parque Florestal uma tão grande área que possuíse todas as condições indicadas e, ainda, uma ampla vista sobre a cidade.

Mas, mesmo sem esse encanto suplementar, o local escolhido é bastante agradável e arborizado, proporcionando algumas das árvores existentes, pelas suas espécies e pelo seu porte, agradáveis sombras aos turistas e campistas. Aliás, dentro de alguns anos, as árvores de sombra serão em muito maior número, dado o desenvolvimento das imensas espécies que se encontram plantadas.

A construção do parque tem sido levada a efeito por fases, encontrando-se já executada a primeira. Esta consistiu, principalmente, na abertura e pavimentação dos arruamentos e execução dos esgotos, no arranjo das zonas destinadas ao estacionamento de «roulotes», na sinalização conveniente do parque, na vedação exterior por meio de rede de ferro com dois metros de altura, no estabelecimento da rede de abastecimento de água, incluindo os indispensáveis marcos fontanários e bebedouros e um bloco de sanitários-balneários para ambos os sexos na zona norte do parque.

As obras já executadas, embora reduzidas, permitiram, no entanto, a utilização do parque por alguns turistas no Verão passado, pois algumas «roulotes» permaneceram estacionadas no local durante algum tempo.

A entrada principal do parque está estabelecida junto à Estrada da Circunvalação, perto do local onde serão construídos os pavilhões destinados à recepção, convívio e abastecimento e à habitação do administrador e da casa da guarda do parque.

Está prevista, para muito breve, a construção de novo bloco de sanitário-balneário, idêntico ao já existente localizado na zona sul do parque, e do edifício destinado à recepção, convívio e abastecimento.

Esta edificação, que poderá considerar-se como a mais importante do parque, possuirá, além de salas destinadas à recepção dos turistas e à administração, uma grande área coberta para convívio dos turistas no caso de mau tempo e uma ampla cantina, onde os utilizantes do parque poderão adquirir não só os géneros alimentícios, como também os diversos combustíveis domésticos, artigos de higiene e todos aqueles produtos que, pela sua procura, justifiquem a sua presença. Será dotada, igualmente, de serviços de correio e de telefone e dum pequeno posto de socorros. O edifício ficará localizado junto da Alameda Central que ligará a Estrada da Circunvalação à Praceta Central do Parque.

Numa terceira fase, será levado a efeito um edifício destinado à habitação do administrador, arrecadação geral e casa da guarda do parque.

Afigurou-se conveniente separá-lo do que se destina à recepção e abastecimento, não só para tornar a guarda o mais discreta possível, de maneira a não dar ao turista a impressão, tão desagradável como falsa, de que vai ser submetido a estreita vigilância, mas ainda para que o turista não se aperceba de certos aspectos da vida caseira do pessoal,

menos compatíveis com um parque de turismo internacional. Isto não aconteceria se todos os serviços fossem estabelecidos num único imóvel, onde os utilizantes do parque diàriamente se dirigem.

Ainda nesta fase seria construído um grande parque de estacionamento para os veículos automóveis dos campistas, por não poderem permanecer junto das respectivas tendas ou «roulotes», em virtude do terreno o não permitir, ou nos arruamentos mais próximos, por dificultarem a circulação dos restantes veículos. Prevê-se, igualmente, nesta fase, a construção de todas as obras destinadas a recreio dos campistas.

Para as crianças será construído um parque infantil, equipado com os vários brinquedos que normalmente se encontram nestes recintos.

Para recreio dos adultos construir-se-á um tanque-piscina, com um anexo destinado a vestiário, e um pequeno parque de jogos, que permitirá a prática de voleibol, badmington, etc.

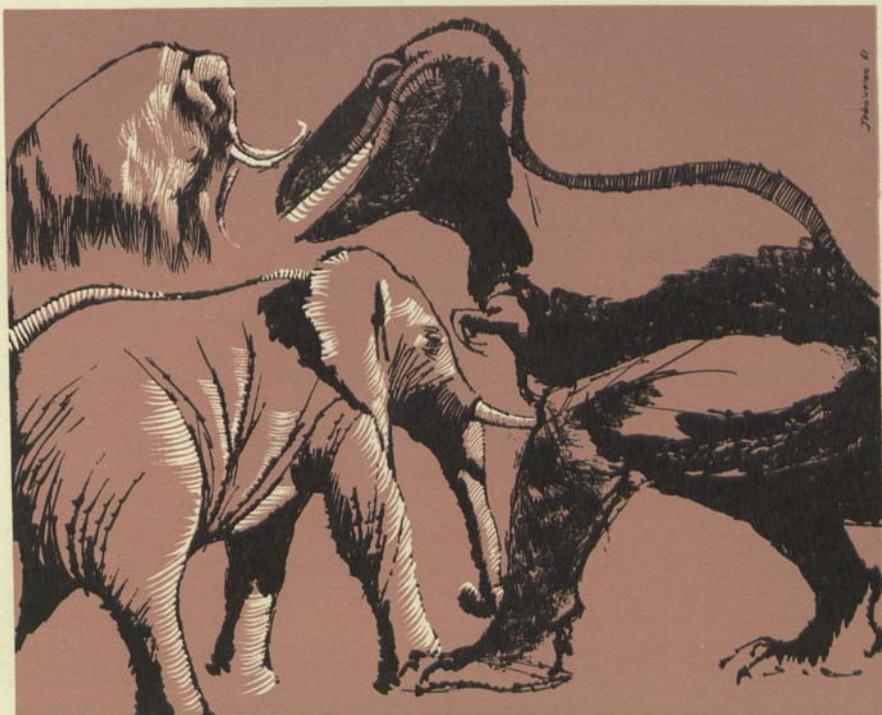
A localização destas instalações está ainda em estudo, mas é possível que se situem sensivelmente na zona central, junto à praceta existente. Pensa-se, no futuro, equipar o parque com uma dependência destinada a permitir a carga das baterias dos veículos dos campistas, a qual ficará anexa ao posto de transformação de alimentação da rede eléctrica do parque, e ainda um posto de carburantes líquidos para aqueles veículos.

Caso a afluência seja grande, tornando diminuto o espaço já delimitado, está prevista uma ampliação sensível da área do parque de forma a permitir uma acomodação conveniente dum grande número de utilizantes.

Espera-se que o parque de turismo e de campismo construído no Parque Florestal de Monsanto possa contribuir para uma maior afluência de turistas estrangeiros à nossa cidade, e que aqueles que o utilizem uma vez, sintam vontade de voltar, sós ou acompanhados por compatriotas, para gozar o belo sol de Portugal.

*(Palestra proferida pelo engenheiro Abreu Nunes  
no S. N. I. em 21 de Janeiro de 1961).*





## A PRIMEIRA REPORTAGEM SOBRE LISBOA E ARREDORES

**A** imaginação nada tem que ver com o título desta reportagem, verídica sob todos os aspectos. Ela corresponde à verdade, autêntica, como o leitor verá. Está certa, certíssima.

Crocódilos perigosos, enormes, e elefantes devastadores de árvores tenras, a viver nos meios próprios, em Lisboa e nas suas redondezas, poderia parecer brincadeira do primeiro de Abril. Mas o mês e o dia do «canard» passaram, e, por outro lado, o artigo não diz respeito ao Jardim Zoológico das Laranjeiras.

Claro, tais bichos — estes e outros não menos corpulentos e de intenções possivelmente não menos pacíficas — andaram por terrenos, onde hoje se ergue a linda e

sempre moça Lisboa, há coisa de... onze milhões de anos! Parece muito, mas a distância, no tempo, parecerá mais próxima, se fixarmos a idade da Terra, no que se relaciona com o aparecimento da vida animal já diferenciada, e de tipo superior, em qualquer coisa parecida com cem milhões de anos. Crocodilos, elefantes e também mastodontes pertenciam à fauna local, podemos atestá-lo com verdade incontroversa, como afirmam valiosos e verídicos documentos. Existem os testemunhos — e não são poucos — esculpidos para todo o sempre nas rochas, nos sedimentos estratificados.

Faltavam, ainda, bastantes milhões de anos para o homem, bicho ou quase bicho, aparecer sobre a superfície terráquea. Pelos arredores do que é hoje Lisboa, ali para as bandas do Beato, desconformes mastodontes eram os dominadores do reino animal daquele seu tempo, em solo firme. Nas lagoas próximas, cuja origem não há memória histórica que se possa, sequer, vislumbrar, havia horrorosos crocodilos, ou animais com eles aparentados, corpulentos, fauces repugnantes, dentuças pavorosas. Pelos bosques, por entre ramarias e verduras hoje desaparecidas, andavam elefantes, também de tamanhos respeitáveis. E no mar, que, por vezes, invadia o que chamaremos lagos interiores, singravam peixes vorazes, tipo espadarte, mas maiores, muito maiores, dentes acerados dispostos em comprida serra — verdadeiros assassinos à solta no meio líquido.

Eis uma imagem verdadeira e, repetimos, documentada, da hipótese longínqua da Lisboa pré-histórica, vaga, esfumada no tempo dos tempos — desconhecida, ou quase desconhecida. E escrevemos «quase desconhecida», apenas pelo seguinte: há quem saiba algo do assunto e se possa manifestar com conhecimento de causa. São os geólogos — investigadores, estudiosos infatigáveis e infatigáveis rebuscadores de terreno, onde descobrem e assinalam as Idades, onde deparam com os vestígios da vida animal das épocas primitivas, onde encontram mil e uma curiosidades guardadas ciosamente pelas camadas do secundário e do terciário.

## A IDADE DAS IDADES E O ESTUDO DOS TERRENOS

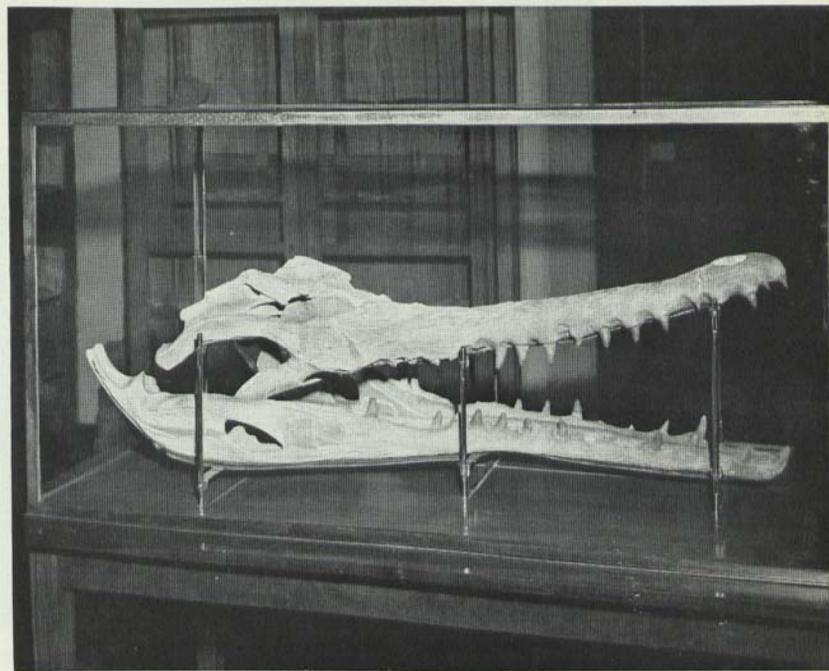
Não é propósito nosso entrar em campo científico. Ficamos, apenas, no apontamento singelo, com vista à divulgação de coisa séria e cheia de interesse.

74 Aceitando-se como bom o período de cem milhões de anos para as Idades dominantes — e, com o intuito de evitar controvérsias, anotamos os autores do número, Marcellin Boule e Jean Piveteau — temos 500 000 anos de Quaternário, o reino do Homem; dez milhões de Terciário, o reino dos mamíferos; quinze milhões de Secundário ou Mezozoico, com as primeiras aves, e 74 milhões e 500 mil do Primário, o reino dos peixes ganóides, com os primeiros répteis. Antes, porém, destas quatro Idades, em que os acidentes e a evolução da vida animal se podem acompanhar, houve o Arcaico, talvez milhões de milhões de anos, incontável — imenso de escuridão para o estudo e, decerto, berço das espécies não diferenciadas ou mal diferenciadas. Deixemos-lhe a Biologia — e já basta. O Arcaico — é parte vaga do programa.

«TRILOPHODON  
ANGUSTIDENS»  
—QUINTA DA  
FARINHEIRA (CHELAS)—  
HELVECIANO



«GAVIALOSUCHUS  
AMERICANUS»  
—VARIEDADE  
«LUSITANICUS»—QUINTA  
DA FARINHEIRA  
(CHELAS)—MIOCENIO





FEMUR DE «ELEPHAS ANTIQUUS»  
—SANTO ANTÃO DO TOJAL—  
PLEISTOCENICO (QUATERNARIO)



«TRILOPHODON ANGUSTIDENS» —QUINTA DA CASINHA (CHARNECA DO LUMIAR)—HELVECIANO  
(MIOCENIO), OU TERCIARIO SUPERIOR

Voltemos à realidade dos nossos dias, por momentos. Nos últimos vinte e cinco anos, no decorrer de trabalhos de urbanização em areiros e barreiras da periferia de Lisboa, especialmente no Lumiar, Charneca, Aeroporto, Pote de Água, Vale de Chelas e Marvila, o pessoal dos Serviços Geológicos pôde colher grande quantidade de ossos e dentes de animais actualmente desaparecidos, que viveram no Miocénio (fim do Terciário). E verificou-se, nada mais nada menos, que por essas zonas, onde, agora, cresce e remoja a capital, tiveram o seu «habitat» veados e rinocerontes, dinosáurios e mastodontes, crocodilos e grandes tartarugas, e ainda peixes de contornos próximos dos apresentados pelas raias e pelos tubarões.

A primeira conclusão, corolário lógico dos achados fósseis apontados, é a de que Lisboa e seus arredores, no fecho do Terciário, disfrutavam de clima quente — tropical, qualquer coisa de tórrido. E a pergunta surge sem a gente querer. Que destino teve essa fauna tão variada? Emigrou? Desapareceu? Foi o homem que a destruiu?

Não, o homem nada teve que ver com o fenómeno da desapareição de tanta e tão variada bicharia, pelo menos no Terciário, isto porque o bípede superior ainda estava para dar os primeiros vagidos pré-históricos. Registou-se, apenas, um fenómeno simples, natural, um daqueles fenómenos de que a Natureza é pródiga: modificaram-se as condições climáticas. Mas não foi assim com a simplicidade descrita. O regime tropical passou para temperado. Em quantos milénios? Incógnita. Aos poucos, a mudança foi definhando e extinguindo as espécies citadas.

Aqui, poderíamos falar dos glaciares, nessa avalanche demolidora, que veio do Norte para Sul, uma descida que abrangeu a parte setentrional da América e da Europa. E igualmente, do retrocesso, já depois de exterminados os animais referenciados, que não resistiram, por inadaptação orgânica, ao abaixamento de temperatura provocado pelas geleiras e as correntes frias. O autor volta a salientar falta de qualidade para aprofundar o assunto.

Outro animalejo, ou animalão, da mesma época, era o «*Brachyodus anoideus*», de vida semi-aquática, comparável aos hipopótamos actuais, que andava pela beira dos rios e se alimentavam de frutas e vegetais. Esta foi uma das espécies vencida pela alteração climática.

## JAZIGOS DE VERTEBRADOS DESAPARECIDOS. NA ÁREA DE LISBOA

Curiosa, todavia, é uma observação consequente, que fala da fisionomia primitiva de Lisboa, quase a desenha. Estudadas várias camadas, chegou-se à conclusão de que, nos arredores mais próximos da capital, existia nos tempos Miocénicos uma praia de areia relacionada com a foz de grande rio. Seria o Tejo? Ninguém poderá responder. Possivelmente, qualquer contestação coincidirá com uma negativa discreta e pouco comprometedora.

O litoral era baixo e nele e para o seu interior abriam-se lagoas, que o mar, de quando em quando, invadia. Na época das cheias, o rio transportava os corpos dos animais mortos por afogamento e depositava-os em locais calmos do estuário, onde as aves de rapina os devoravam. Depois, os esqueletos, despojados de carne, eram dispersos pelas correntes fluviais e pelas marés. Assim se averiguou, através de pesquisas feitas em jazigos de vertebrados da área de Lisboa.

Nesta teoria de curiosidades de geologia e antropologia — um nunca acabar, que prende a atenção — vale a pena anotar a formação dos terrenos e sua correlação com as Idades. Incluída a capital e as zonas das suas vizinhanças, os mais antigos situam-se na Encosta da Ajuda, Alcântara, parte da Serra de Monsanto e Campolide. Os mais modernos, basálticos, são Belém, Tapada da Ajuda, Santo Amaro, Montes Claros, a vertente Norte da Serra de Monsanto, desde o Calhariz de Benfica, até à estação de Campolide, e, ainda, uma faixa, que parte da Penitenciária, passa pelo Parque Eduardo VII e Rato, atravessa Campo de Ourique, os Prazeres e a Estrela e termina em Santos. Há ainda outros conglomerados, que não citamos. Para Nascente, ficam as camadas do Terciário.

Do Quaternário, idade geológica do aparecimento do homem, poucos vestígios há na cidade ou nas suas proximidades. Aparece, sim, em vales de formação aluvial, ou melhor, em aluviões modernos, como o do Vale da Ribeira de Odivelas e outro, estreitíssimo, que principia no Lumiar, corre até ao Campo Grande e acaba na Baixa.

## BENEFÍCIOS DA TRANSFORMAÇÃO CLIMATÉRICA

Os fósseis recolhidos — ossos transformados em pedra — permitem reconstituir com exactidão o tamanho dos animais. Uma das fotos desta reportagem mostra a cabeça dum crocodilo — ou, com mais propriedade, do «Gavialosuchus» encontrado no Vale de Chelas. Crânio enorme, dentes que falam eloquentemente da voracidade perigosa do animal. Diga-se, para que conste, que o exemplar é o mais completo até hoje aperecido. Que atropelos não teria cometido a terrível fera, nos recantos do misterioso rio, cujo estuário ficava algures por essa Lisboa arcaica? O cariz é de respeito e ainda causa arrepios. Até apetece abençoar a mudança climatérica, que livrou o «homo» do Quaternário, nosso avô de direito, de semelhante fera — e doutras tão simpáticas como o respeitável crocodilo, reduzido à pedra fóssil.

Também foram encontradas as mandíbulas dum mastodonte de mama — um «mastodonte-bébé», assim a modos de lindeza de certa família paquiderme do Terciário. O fóssil reproduz com fidelidade os dentes de leite e também alguns da segunda dentição, na altura de romperem os alvéolos. Um verdadeiro menino-bonito, em cuja raça o clima — a tal mudançazinha acabou de vez e para sempre nas paragens lisboetas da Idade recuada. Abençoada transformação climatérica!

Mas não ficam por aqui os exemplares desenterrados e expostos à curiosidade dos estudiosos. No vale do Fundão (Chelas), foi encontrada a serra — metro e meio de comprimento, amorosamente enfeitada de dentes preciosos e muito respeitáveis — pertencente a um peixe-espadarte especial, cujas dimensões, a avaliar pelo documento existente, deviam atemorizar os cardumes coevos. Este exemplar também aparecia pelas costas do que hoje é a risonha capital do País.

Guardamos para final, como azeite digno de vagares de gastrónomo, a história de certo fóssil de elefante — um fémur desconforme, a que pouco falta para ter coisa de metro bem medido de altura. Mas o prato leva outra iguaria — a da novidade do bicho aparecer no Quaternário e ser, portanto, coevo do homem, mas não do «homo» primário, desconhecedor das artimanhas e das armas de defesa e de ataque. Trata-se já do «homo sapiens», senhor de argúcia, caçador emérito — que luta para viver e que vai ao encontro da fauna que o rodeia, para a abater e com ela se alimentar. Possivelmente, o «homo» em referência seria mais naenderthaloide do que «sapiens».

Certo, já a temperatura média consentia aqui, em Lisboa, o nosso avô pré-histórico, livre, portanto, de quase todas as feras perigosas. Elefantes, esses havia-os com certeza. A espécie resistira, defendera-se, travara luta porfiada para se adaptar ao clima. Todavia, o homem chegara aos arredores do que hoje é cidade, exactamente pela mesma razão por que as feras descomunais haviam perecido. Era o clima que o chamava, que lhe bradava: Vem aqui, fixa-te aqui, aqui podes viver e ser feliz.

E o homem matava os animais, para se alimentar. O fémur do elefante diz eloquentemente da luta do «sapiens» contra o bruto. Estava em Santo Antão do Tojal, e junto dele havia instrumentos de sílex — as armas do Homem, na idade da pedra — e fósseis de cinzas. Deduz-se que o animal foi colhido em hábil armadilha, ou abatido de qualquer outra maneira. Esquartejaram-no e comeram-no. Quantos homens entraram na caçada e no banquete? Muitos, naturalmente. A carne do elefante dava para demorado festim. Que lhes tivesse aproveitado, simpáticos antepassados!

## O MUSEU DOS SERVIÇOS ZOOLOGICOS

Para fecho, esclarecemos que os elementos desta reconstituição fácil estão patentes a quem os queira ver. Existem num dos mais interessantes e mais bem documentados museus de Portugal — o dos Serviços Geológicos, no segundo andar da Academia das Ciências.

É um dos melhores da Europa, no género, e lá estão expostos milhares e milhares de espécimes geológicos e antropológicos. Do estudo dos que mais de perto se ligam à história das épocas recuadas de Lisboa, respigamos este escrito. O Museu merece ser conhecido pelos primores de arrumação e catalogação das suas numerosas peças — e por tudo o mais, a denotar a competência dos seus dirigentes e dos seus técnicos.

77

*Mário Dires.*

# O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(Continuação da pág. 44)

RUI FERNANDES DE ALMADA

1664-1668

Pelo «tempo de tres anos», tomou posse, no dia 21 de Julho de 1664, «em huma 2.<sup>a</sup> feira»<sup>(35)</sup>, do cargo de Presidente da Câmara, Rui Fernandes de Almada, gentil-homem da Câmara do Infante D. Pedro.

No interregno entre a saída do Conde de Vale de Reis e a entrada de Rui Fernandes de Almada ocupavam a Presidência, às semanas, os vereadores, e, entre eles, Cristóvão de Melo Freire, Dr. Frutuoso de Campos e o desembargador Manuel de Tovar de Vasconcelos.

Alguns anos atrás havia sido largamente debatida a questão da presidência interna do Senado.

Em 23 de Julho de 1655 baixara à Câmara o seguinte decreto<sup>(36)</sup>:

«Enquanto se não toma a ultima resolução sôbre quem há-de presidir no Senado da Camara, quando faltar o presidente dele, de que ficam as consultas em seu poder, hei por bem que, sem embargo do que contém as consultas referidas e o que dispõe o regimento nesta parte de que presidam ás semanas, preside o mais antigo».

Assim, em Outubro do mesmo ano, sendo presidente o Conde de Cantanhede, e por este se encontrar doente, ficou a presidir o vereador mais antigo, o Dr. Francisco Rebelo, muito embora fôsse seu parecer que a presidência deveria ser entregue aos vereadores às semanas. Não se conformou o seu colega Dr. Paulo Cunha que baseado no decreto de 17 de Dezembro de 1644<sup>(37)</sup>, no qual D. João IV, mandara que se não alterasse «o que sempre se costumou», e, ainda, pela confusão de todas as semanas passarem de uns para outros todos os «papeis, chaves das gavetas e decretos», opinava que a presidencia deveria ser entregue ao vereador mais antigo. No entanto, o secretário de

<sup>(35)</sup> *Livro Carmezim*, fl. 128 v.

<sup>(36)</sup> *Livro II de D. Pedro II*, fl. 42 v.

<sup>(37)</sup> *Livro I de D. João IV*, fl. 219.

estado, Pedro Vieira da Silva, transmitiu à Câmara, em 8 de Novembro<sup>(38)</sup>, a resolução do Rei de que «enquanto não avisava ao Senado da resolução que tomava nesta duvida, era servido se guardasse o regimento que manda presidir os vereadores ás semanas».

Esta resolução foi, porém, modificada oito dias depois: o decreto do dia 16<sup>(39)</sup> manda que presidisse ao Senado o vereador mais antigo. A Câmara, não satisfeita com esta resolução, envia nova consulta ao rei<sup>(40)</sup>, que determina lhe fossem presentes os «papeis» dos vereadores Paulo de Carvalho e Francisco Valadares.

Alguns anos passaram e mais nenhum assento, decreto ou aviso, encontramos que nos fale de ulterior resolução. No entanto, pelos nomes das pessoas que nos aparecem a substituir os presidentes, verificamos que continuara o costume antigo de servirem os vereadores às semanas.

Curioso é notar que, desde Janeiro de 1657, os despachos régios eram sempre dirigidos ao «presidente e adjuntos do Senado da Camara».

★

Rui Fernandes de Almada, Senhor de Carvalhais, Ilhavo, Verdemilho, Avelã e Ferreiros, que foi também comendador de S. Miguel de Rio de Moinhos na Ordem de Cristo e exercera já o lugar de deputado da Junta dos Três Estados<sup>(41)</sup>, deixou vinculado o seu nome a uma das primeiras vias públicas da cidade.

Poucas pessoas, ao passarem hoje na Rua Nova do Almada, saberão que essa artéria foi mandada fazer pelo próprio presidente do Senado, Rui Fernandes de Almada, de quem recebeu o nome.

E quase dois séculos passaram.

Mas a Rua Nova do Almada continua sendo, como então, das primeiras artérias da capital. Das primeiras no constante e intenso movimento do seu comércio, no seu trânsito, cada vez maior, na sua «vida» agitada, na animação contínua das gentes que a cruzam a toda a hora. A Rua Nova do Almada é ainda, de facto, uma das ruas principais de Lisboa, *forum* da cidade, pela existência, embora em condições precárias, do palácio da justiça.

Se bem que o seu alinhamento, tal como hoje o vemos, seja resultante da urbanização pombalina, a Rua Nova do Almada é ainda a mesma artéria anterior ao terramoto.

---

<sup>(38)</sup> *Elementos*, vol. VII, pág. 60.

<sup>(39)</sup> *Elementos*, pág. 61.

<sup>(40)</sup> *Idem*.

<sup>(41)</sup> 17 de Junho de 1662, *D. Afonso V*, apontado por Eduardo Brazão.

A necessidade da abertura desta via pública vinha já de longa data. Era urgente estabelecer-se uma ligação entre a Calçada de Paio de Navais — artéria que decorria onde hoje se ergue o edifício dos Armazéns do Chiado (sensivelmente paralela ao actual leito da Rua do Carmo) e, portanto, à ilharga do Convento do Espírito Santo — e a Rua da Calcetaria, a antecessora da actual Rua de S. Julião. Toda a ligação entre o rossio da feira — a nossa Praça D. Pedro IV — e a zona sul da cidade era feita através de um labirinto de tortuosas ruelas onde, mais tarde, se rasgariam as rectas da cidade de Pombal.

★

O interesse de Fernandes de Almada por esta obra era manifesto — a tal ponto de, concluídos os trabalhos, o Senado dar à nova via pública o nome do seu presidente. Caso quase inédito então. Só dois séculos atrás, com a abertura da Rua Nova de El-Rei, se homenageara D. Afonso V. As artérias da cidade não eram, como hoje, denominadas oficialmente. Era o povo que, baseado sempre numa razão lógica, as baptizara.

Rui Fernandes de Almada recebeu, assim, da edilidade lisbonense uma consagração que, mais tarde, tanto se haveria de generalizar e, diga-se de passagem, nem sempre baseada no mais elementar espírito de justiça e acertada escolha do facto, pessoa ou culto a homenagear.

O assente do Senado que determinou a abertura desta artéria é de 1 de Janeiro de 1665<sup>(42)</sup>. Não eram, então, folgadas as finanças municipais — mas a vontade de Fernandes de Almada e o desejo de que a obra se executasse, superou todas as dificuldades. Extinguiu-se na Câmara o lugar de architecto, vago pela morte de Mateus do Couto, deixou de se dispender qualquer quantia com o pagamento aos almotacés das execuções e cessou a dádiva das propinas de luvas que se costumava dar nas procissões de Janeiro e em o dia do Corpo de Deus. Destas economias se realizariam os fundos necessários.

A 24 do mesmo mês expõe o Senado a D. Afonso VI a urgência da obra, baseado neste forte argumento: «Cresceu — di-lo a consulta — a magnificência do tratamento dos cavalos e a opulência de coches e liteiras, e cada vez com tão grande excesso mais, que já no tempo do governo de Castela se ordenou ao senado da camara desta cidade puzesse com efeito em execução a obra de uma nova rua, junto ao Espírito Santo (Armazéns do Chiado), na entrada do beco de João de Deus, que se se comunica com as Fangas da Farinha, com fundamento de se evitarem grandes e muito prejudiciais desavenças, que por muitas vezes estiveram ocasionadas entre embaixadores e pessoas muito grandes, em razão da passagem da rua dos Ourives, por não ser capaz de se continuarem por ela dois coches emparelhados».

---

(42) *Elementos*, vol. VI, pág. 532.

Ontem, como hoje, era o problema do trânsito a razão imperiosa das mais urgentes obras de urbanização.

E esta, de manifesto interesse para a cidade, foi desde logo autorizada, dando-se, assim, satisfação ao desejo já expellido por D. João IV, o qual Fernandes de Almada se esforçava por traduzir na mais consoladora das realidades.

Feitas as necessárias expropriações, removidas as inúmeras dificuldades que no decurso das obras se levantaram, conseguida a verba indispensável — porque as despesas desta obra foram consideráveis e a fazenda da Câmara estava tão exausta que se lhe não podia acrescentar encargo algum — a Rua Nova do Almada foi, dentro de pouco tempo, um facto.

Achava-se estabelecida a ligação entre o bairro alto da cidade — então em franco desenvolvimento — e a zona ribeirinha, fulcro de intenso movimento comercial. Estava, de facto, descongestionado o trânsito do dédalo de vielas que se cruzavam entre a margem do Tejo e o rossio da feira.

«E porque o cuidado de guerra não embaraça o do governo político — escrevia em 1665/6 *Mercurio Portuguez* — se começou em Lisboa a abrir a formosa rua de 30 a 35 palmos de largo que começa da Calçetaria e sai do Espírito Santo; muito conveniente para formosura e serventia do bairro baixo para o alto da cidade, e sobe tão invisível e intensivamente que quase parece que tudo fica plano. Por esta razão há muitos anos que era desejada e se intentou; nunca se conseguiu, porque era necessário comprar e derrubar muitas casas que naquele lugar faziam vários becos estreitos, conforme a fabrica antiga da cidade. Pôde-o conseguir com a resolução que tomou, Rui Fernandes de Almada, que entrou a ser presidente do senado da camara, e por memória do autor da obra tão util quis o senado que a rua ficasse com o seu nome e se chame a Rua Nova do Almada.»

Importou esta nova artéria — quantia avultada para a época — em mais de vinte e cinco mil cruzados.

E esta é a pequena história da actual Rua Nova do Almada, que mais não é que a seiscentista artéria que Fernandes de Almada mandou abrir e os architectos de Pombal alinharam, em obediência ao novo traçado da cidade que surgiu das ruínas do violento traumatismo de 1755.

★

Como já referimos, Rui Fernandes de Almada tomou posse no dia 21 de Julho. A carta régia da nomeação é datada do dia 17. O manuscrito attribuído a António de Sousa Macedo<sup>(43)</sup> refere-se nestes termos ao novo presidente do Senado:

«No mesmo dia (quarta-feira) beijou Ruy Fernandes de Almada a mão de El Rey pelo declarar Prezidente da Camara de Lix.<sup>a</sup> por q̄ ainda q̄<sup>mtos</sup> tempos antes se dava

---

(43) Publicado pelo Dr. Eduardo Brazão, pág. 249.

por feita esta eleição não se tinha publicado. Muitos a tomarão mal por ser Ruy Fernandes hũ fidalgo q̄ nunca servira, e só tivera entrada com El Rey, q̄ Deos tem por inteligente na muzica, e galantaria na conversação mas todavia exercitava ainda o officio de Prov.<sup>or</sup> da Caza da Índia a q.<sup>m</sup> os Vedores da faz.<sup>da</sup> passão mandados por vos, e agora o vião em tão poucos tempos deputado da Junta dos tres Estados, gentelhomem da Camara do Infante e Prezidente da Camara de Lix.<sup>a</sup> só por ser tio do Conde de Castelo Milhor.»

E a notícia, onde se vislumbra uma animosidade acerba entre o autor do texto e o hábil ministro de D. Afonso VI, continua: «e ficarão de fora m.<sup>tos</sup> oppozitores ao lugar, e entre elles Martim Correa da Silva fidalgo velho de m.<sup>tos</sup> bons procedim.<sup>tos</sup> e q̄ tinha vindo de governar o Algarve.

O mesmo manuscrito ressalta ainda o seguinte facto passado com Rui Fernandes de Almada no primeiro acto público a que compareceu: «Quarta fr.<sup>a</sup> 23 se quiz por no Terreiro do Paço o mastro p.<sup>a</sup> que se corresse os touros, festa dedicada ás victorias do Alentejo e Beira; e trazido com toda a solennida.<sup>o</sup> e danças q̄ he custome; feito o lugar em q̄ havia de porse; entrou no Terreiro do Paço o Prezidente da Cam.<sup>a</sup> Ruy Frz de Alm.<sup>da</sup> e a ponto de se chegar a vello levantar, cahio o mastro fesse em pedaços, e o arrimo em q̄ se sustentava. Por ser extraordin.<sup>o</sup> se reparou logo, e a resp.<sup>o</sup> de ser esta a pr.<sup>a</sup> acção de novo Prez.<sup>te</sup> se teve a mau agouro, p.<sup>a</sup> elle e p.<sup>a</sup> q̄ o apegara; mas forão discursos do povo».



Seguindo a ordem cronológica das deliberações camarárias no período da jurisdição de Rui Fernandes de Almada, encontra-se em Agosto de 1665 uma consulta do Senado, na qual se verberam enèrgicamente certas atitudes dos desembargadores da relação e casa da Suplicação havidas contra os tradicionais privilégios da Câmara.

Cioso dos seus direitos, o Município recorda ao Rei uma carta de D. Afonso IV, na qual este monarca «estranha muito dos vereadores deixar perder a sua jurisdição», e outra do mesmo Rei em que «os louva de acudirem por ella» (44).

Citando ainda várias ordenações, a Câmara da presidência de Rui Fernandes de Almada demonstra claramente as seculares prerrogativas dadas aos seus vereadores e insiste na diferença existente entre Lisboa e as restantes Câmaras do País: «mas esta Ord. (45) que se pratica em todas as cidades e vilas destes reinos, por nenhum modo se pode adaptar á Camara da cidade de Lisboa, que é princeza das cidades, metropole e cabeça do reino». E mais adiante: «Decuriões se chamam os outros vereadores, mas os de Lisboa são senadores do Senado da Camara».

(44) *Elementos*, vol. VI, pág. 553.

(45) *Ord. do Livro I*, tit. 65, parágrafo 23.

A diferença entre Lisboa e as outras cidades do Reino ficara, de facto, vincada naquela frase. Nunca, como se verifica em citações apontadas nesta consulta, a Câmara de Lisboa deixara de proclamar bem alto o direito das suas prerrogativas e de colocar acima das outras municipalidades o Senado da capital.



Da gerência de Rui Fernandes de Almada pouco há a assinalar. Portugal continuava envolto numa guerra permanente, sorvedouro de vidas e de haveres, na qual o Senado de Lisboa como cabeça do Reino empenhava, cada vez mais, os já exaustos réditos dos seus impostos e cobranças. A simples leitura dos decretos régios, avisos da secretaria do Estado e consultas da Câmara relativas a este agitado período da vida municipal, dão-nos uma ideia clara do panorama das finanças, quer estatais, quer do Município. Esse «estado de guerra deste reino com o de Castela — lê-se numa dessas consultas — pedia remédios e prevenções grandes, para que eram necessárias quantias muito consideráveis de dinheiro».



Depauperada, teve no entanto a Câmara de «sofrer os pesados encargos que o casamento de D. Afonso VI com Maria Francisca de Saboia lhe impoz». «A cidade de Lisboa — escreve Freire de Oliveira <sup>(46)</sup> — festejou o consórcio real, como de costume, com esplendidas iluminações, repiques de sinos, danças pelas ruas, fogos de artificios».

Pelas várias portarias assinadas por António de Sousa de Macedo se depreende o dispendioso contributo da Câmara para o luzimento dos festejos.

Vários arcos, ornamentados a expensas dos negociantes, deram de facto à cidade um aspecto deslumbrante, feérico.

A Rui Fernandes de Almada coube o papel principal da imponente cerimónia desse dia 29 de Agosto de 1666: a entrega — depois do vereador mais antigo, Cristóvão Soares de Abreu, com sua garnacha de seda preta forrada de tela branca, ter feito a alocação de boas-vindas — da chave de ouro da cidade.

Interrompidos os festejos por doença da Rainha, nos quais sobressaem as «danças e pélas que mandaram vir para esta ocasião» — conforme se lê na consulta que António de Sousa Macedo envia em 1 de Setembro a Rui Fernandes de Almada —, recomeçaram na noite de 14 de Outubro com iluminações em toda a cidade e no dia seguinte com corridas de touros, argolinha e justas no Terreiro do Paço.

---

(<sup>46</sup>) *Elementos*, vol. VI, pág. 590.



Um ano volvido sobre o casamento do infeliz D. Afonso VI a Câmara de Lisboa desempenhou papel preponderante na deposição deste monarca.

Rui Fernandes de Almada, tio do hábil e astuto político Conde de Castelo Melhor, era, ainda, um dos fidalgos da sua melhor confiança. Em 27 de Julho de 1667, terminado o período de três anos, D. Afonso VI, por vontade, sem dúvida, do seu ministro, resolve reconduzir Rui Fernandes de Almada no cargo de presidente do Senado<sup>(47)</sup>.

Em breve, porém, essa protecção enfraquecia. Em Setembro desse ano o Conde de Castelo Melhor é obrigado a retirar-se da Corte.

Maus dias se avizinhavam. A última carta de D. Afonso VI para a Câmara é de 15 de Novembro<sup>(48)</sup>. Refere-se à consulta feita pelo Senado — sem a assinatura de Rui Fernandes de Almada — na qual os vereadores, procuradores e os membros da Casa dos Vinte e Quatro formulam ao Rei o seu protesto pelo monarca não ter convocado as cortes, conforme solicitavam na sua consulta de 27 de Outubro. Este protesto é uma ameaça para o Rei. A Câmara — sem a conivência, repetimos, de Rui Fernandes de Almada — intima D. Afonso VI a reunir as cortes até ao dia 18, e atreve-se a comunicar a sua resolução de que, findo este prazo, cessariam os pagamentos do Senado para a contribuição de Guerra. Desamparado, sem o apoio da corte, o desgraçado monarca acaba por ceder. As cortes são convocadas para o dia 1 de Janeiro de 1668. No Senado a azáfama para a eleição dos procuradores começa, enquanto se precipitam os acontecimentos que a História regista para a deposição do monarca.



No mesmo dia em que, após o Marquês de Cascais ter convencido o desditoso D. Afonso a abdicar, e seu irmão toma, como Príncipe Regente, as rédeas da governação do Estado, recebeu a Câmara um decreto firmado pelo próprio D. Pedro, no qual este pretende justificar a sua acção nos acontecimentos que acabavam de se consumar.

Poucos dias, como facilmente se compreende, dadas as ligações do então Presidente do Senado com o Conde de Castelo Melhor, se conserva Rui Fernandes de Almada à frente da Câmara:

Pela consulta enviada pela Câmara a D. Pedro em 17 de Março desse ano de 1668<sup>(49)</sup> sabe-se que «em princípio do mês de Janeiro passado mandou Rui Fernandes de Almada . . . todas as chaves que pertenciam aos papeis e cofres da Camara». Com

<sup>(47)</sup> *Livro Carmezim*, fl. 130 v. Tomou posse no dia 30.

<sup>(48)</sup> *Elementos*, vol. VI, pág. 623.

<sup>(49)</sup> *Elementos*, vol. VII, pág. 34.

esta circunstância e pela ausência que fazia às sessões havia muitos dias, se entendeu — lê-se na mesma consulta — que ele se abstinha de continuar no exercício da sua presidência».

Nessa consulta, a Câmara pergunta a D. Pedro se de facto devia considerar Rui Fernandes de Almada seu presidente. O despacho régio é categórico: «Rui Fernandes de Almada me fez deituação do lugar de presidente da Camara».

No entanto, como adiante se verá, somente a 12 de Maio foi nomeado o seu sucessor. Difícil seria, talvez, a D. Pedro encontrar pessoa de confiança para tão importante lugar. Embora alguns historiadores se refiram a que o Senado de Lisboa acompanhou o pedido dos três estados, reunidas as cortes, para o escandaloso casamento de D. Pedro com sua cunhada D. Maria Francisca, o facto é não existirem no arquivo municipal quaisquer documentos que o comprovem. Não teria a Câmara, apoiando a política de Rui Fernandes de Almada, tomado qualquer atitude?

Conhecida a animosidade dos áulicos de D. Pedro e a do próprio Infante contra o Presidente do Senado, fácil é compreender o laconismo das informações dadas à Câmara sobre a consulta a que fizemos referência. Que Rui Fernandes de Almada abandonara a presidência uns tempos depois dos acontecimentos da deposição de D. Afonso VI, é um facto. Mas quando solicitara a sua demissão, é o que o despacho de D. Pedro não elucida.

Em 19 de Fevereiro a residência de Rui Fernandes de Almada é assaltada pelo terço da Câmara; e nesse mesmo dia o Presidente solicita de D. Pedro que «lhe mandasse dar guarda para sua casa»<sup>(50)</sup> e, ao mesmo tempo, segundo se lê no decreto de 20 de Junho<sup>(51)</sup> impetrou, pela segunda vez, «deituação do lugar de presidente da Camara».

Meses antes, em Outubro, haviam sido já Rui Fernandes de Almada e o herói da Restauração de Angola, Salvador Correia de Sá, brutalmente espancados pelos partidários de D. Pedro<sup>(52)</sup> e chegou a afirmar-se, pelo próprio príncipe<sup>(53)</sup>.

É confuso, no entanto, todo este desenrolar de acontecimentos com a saída de Rui Fernandes de Almada, da Câmara. As perguntas sucedem-se, se quisermos escalpelizar a acção dos últimos meses de gerência deste presidente do Senado. Mas, entre elas, uma se nos afigura importante. Porque não aceitou D. Pedro o primeiro pedido de demissão de Rui Fernandes, e, mesmo, o segundo pedido de que nos fala o decreto de 20 de Junho, no qual se determina que lhe sejam pagos os ordenados até ao dia em que o seu sucessor tomou posse? E aludimos ao facto de D. Pedro igualmente não ter

---

<sup>(50)</sup> *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. I, pág. 56.

<sup>(51)</sup> *Elementos*, vol. III, pág. 53.

<sup>(52)</sup> *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna*, vol. I, pág. 38.

<sup>(53)</sup> *Diário de Notícias*, 25/12/904.

aceite também o segundo pedido de demissão, porque tendo este sido feito no dia 19 de Fevereiro, ainda em 17 de Março a Vereação lhe perguntava se Rui Fernandes continuava sendo presidente.

A decisão constante do decreto a que fazemos referência, de 20 de Junho, já na gerência do seu sucessor, foi motivada pelo requerimento feito pelo próprio Rui Fernandes de Almada, a solicitar o pagamento dos seus vencimentos. Curioso documento é este que, embora não tenha data, foi escrito já depois do assalto feito no dia 19 de Fevereiro, facto a que o próprio Rui Fernandes alude num dos seus parágrafos. Embora enviado a D. Pedro, o requerimento fala sempre em V. Magestade, como se o seu autor fingisse desconhecer a existência do Príncipe Regente.

«Diz Rui Fernandes de Almada — lê-se no começo do requerimento<sup>(54)</sup> — que estando servindo a V. Magestade na junta dos tres estados, com satisfação que lhe deve ser presente, houve V. Mag.<sup>de</sup> por bem permudal-o á presidência do Senado da Camara, encarregando-lhe o governo desta cidade, que serviu por todo o triênio com o zelo, satisfação e utilidade da coroa, que a todos é notorio; e de haver servido pela dita maneira se deu V. Mag. por tão satisfeito que, acabado o dito triênio, houve por seu serviço prorrogar-lhe outro». Clara e altivamente expõe Rui Fernandes de Almada as razões que lhe assistiam para perceber todos os vencimentos a que tinha direito. E assim o entende o próprio D. Pedro que, não só lhe mandou pagar os ordenados, mas ainda todas as propinas e emolumentos.

## GARCIA DE MELO

1668-1671

O enfraquecimento do poder régio em Espanha e a vontade firme do governo de Londres de afastar a França de um entendimento com a corte de Carlos II conduziram os dois países ibéricos à assinatura de uma paz que Portugal havia muito ambicionava. Houve que lutar contra a influência da França, que ambicionava uma paz conjunta. Uma vez mais teve preponderante papel no estabelecimento de uma favorável opinião pública o povo de Lisboa. Southwell, diplomata inglês, principal intérprete dos desejos de Inglaterra, para o bom êxito das negociações com a Espanha, procura, junto do juiz do Povo, servindo-se de sua influência, criar um ambiente popular tendente a forçar o governo a apressar a conclusão da Paz<sup>(55)</sup>.

<sup>(54)</sup> *Elementos*, vol. VII, pág. 54.

<sup>(55)</sup> *Quadros elementares*, Visconde de Santarém.

Estava-se em 1668. A assinatura do tratado foi feita no dia 13 de Fevereiro no Convento dos Lóios. Lisboa rejubilou. Vinte e oito anos de lutas constantes, de sacrifícios, que se haviam seguido a sessenta de opressão, tinham abalado fortemente Portugal. Embora cônica do seu dever na luta para a sobrevivência nacional, a população de Lisboa ambicionou essa Paz; a ela se seguiria a tranquilidade nos lares, o sossego nos campos e nas cidades.

Ao regozijo popular associou-se a Câmara, com as habituais festividades.

★

Três meses volvidos, assume o cargo de presidente do Senado o monteiro-mor do Reino, Garcia de Melo. A carta de nomeação, concebida nos termos habituais, é datada de 11 de Maio desse ano de 1668<sup>(66)</sup>.

«Era Garcia de Melo — segundo D. António Caetano de Sousa<sup>(67)</sup> — de aspecto severo, revestido de autoridade natural, sumamente inteiro, prontíssimo na audiência das partes, e com todas as qualidades de perfeito ministro». Foi monteiro-mor do Reino e presidente da Mesa da Consciência, Comendador das Comendas do Pinheiro de Azerede, de S. Miguel de Infantes, de Nossa Senhora dos Altos Céus do lugar de Lousa, de Santiago de Santarém, e dos Casais da Feiteira, todas da Ordem de Cristo e de Freiria de Évora, na Ordem de Avis.

★

Compulsados os documentos referentes ao período durante o qual Garcia de Melo exerceu o alto cargo de Presidente do Senado, verificámos que nenhuma acção digna de ser mencionada houve no decorrer desses três anos. À margem dos variados assuntos da normal gestão municipal, há, contudo, que assinalar o esforço, a perseverança, a preocupação contínua de Garcia de Melo em dotar a cidade de meios que, embora insuficientes ainda, permitissem torná-la menos insalubre, isto é, com suas ruas e vielas mais limpas. Problema de alta transcendência municipal para a época, a acção de Garcia de Melo no sentido de o tentar resolver merece, pois, ser lembrada neste bosquejo da história municipalista da capital.

---

(66) *Livro Carmezim*, fls. 131 e 131 v.

(67) *Hist. Gen.* vol. V, pág. 201.



Desde os primórdios da sua existência até há bem poucas décadas ainda, quatro grandes problemas da administração pública afligiram e preocuparam constantemente os dirigentes da cidade: o do abastecimento das águas, intimamente ligado ao da extinção dos incêndios; o das carnes; e o da limpeza das ruas.



Lisboa é, sem dúvida alguma — muito embora esta afirmação pese a cépticos e maldizentes — uma cidade limpa. E se atendermos a que a maioria dos pavimentos está longe daquilo que seria para desejar e ao hábito inveterado de se transformarem as ruas em vazadouro público, diremos ainda que só com uma inexcedível boa vontade dos respectivos serviços municipais a capital consegue dar-nos um agradável aspecto de asseio.

Longe não vão contudo os tempos em que Lisboa apresentava, dia a dia, aos olhos dos seus visitantes, dos seus próprios moradores, um espectáculo indecoroso, insalubre, de uma cidade votada ao abandono. E não podemos dizer que os responsáveis pela administração da capital não procurassem resolver o problema. Ao próprio Senado, dada muitas vezes a gravidade da situação, baixavam repetidas determinações régias, chamando-lhe a atenção para o estado imundo das ruas. Mas as dificuldades superavam sempre os desejos da vereação de conservar a cidade permanentemente cuidada. Poucos eram os recursos financeiros da Câmara; pesados já os impostos; difíceis as soluções práticas de resolver o problema, dada a carência de esgotos e a irregularidade dos pavimentos. Em vão, portanto, clamava o povo, impetrando do Rei as medidas mais enérgicas.

Em 1496 D. João III ordenava que nas freguesias existissem homens pagos pelos próprios moradores para «averem dallimpar a çidade». Quase um século perdurou esta medida, mas o número de «homês que andã cõ suas carretas pela çidade, allimpando da lama e as mais sugidades», não passara, segundo a *Estatística* de 1512, de quatro. . .

Por alvará de D. Sebastião os serviços de limpeza melhoram alguma coisa. Um alvará dirigido pelo Rei ao Senado estabelece: «vendo quão principal coisa é a limpeza da cidade de Lisboa, hei por bem e me apraz que nas ruas principais délã, com suas travessas e becos, se ordenasse pelos Vereadores e Officiais da Camara, que homês com carretões, e bestas na parte em que os carretões não poderem servir, limpem as imundiceis e as levem aos logares para isso deputados, á custa dos moradores das ditas ruas, travessas e becos». Esta determinação isentava do pagamento da contribuição os «visitados pelas Misericórdias e outros semelhantes».

Mas o problema não encontrava fácil solução. As pestes ocasionadas pelo agravamento da insalubridade das ruas atormentavam os poderes públicos. Renovam-se as medidas, surgindo, então, auxiliando o trabalho dos «carretões», as «negras calhandeiras» empregadas no transporte para as praias das imundícies apanhadas nas ruas.

A verba proveniente das contribuições dos moradores era todavia insuficiente para a manutenção dos serviços de limpeza, o que levou já o Senado, em 1607, a determinar que estes se fizessem por conta do «real da carne» (imposto já existente) e que em todos os bairros se utilizassem os «carretões e ribeirinhos». Volvidos alguns anos, resolveu-se que toda a limpeza fosse feita à custa da *fazenda da cidade* e que os «carretões» levassem para o rio os dejectos «antes do amanhecer».

As queixas da população avolumavam-se e no próprio Senado «cresciam as conferências»; «multiplicavam-se as ordens do Govêrno». Algumas das praças e outras vias de acesso estavam já intransitáveis. Perigava mais uma vez a saúde pública.

Nuno de Mendonça, Conde de Vale de Reis, quando Presidente do Senado, ordena (isto em 1661) que a cidade seja dividida em bairros e que aos respectivos ministros se cometesse a obrigação de olharem pela limpeza, para o que lhes deu dinheiro e o «rol dos monturos».

Da solução adoptada não surgiu, porém, o resultado desejado, e a cidade voltou a ver rodar nas suas ruas tortuosas e estreitas os pesadíssimos e já antiquados «carretões».

Com Garcia de Melo na presidência do Senado os serviços melhoraram bastante. Justo é afirmá-lo. O próprio assento da vereação de 11 de Outubro de 1668<sup>(88)</sup> o reconhece também, exaltando a acção do seu presidente. Depois de se referir que, «com grande e prontissima applicação» se tratava há muitos anos de reparar a cidade do prejuízo que os moradores recebiam na «devassidão com que as circumstancias cresciam», e às medidas até então tomadas, alude o referido assento à importante decisão de Garcia de Melo:

«Neste estado se achava a limpeza da cidade, no tempo em que o presidente da Câmara, Garcia de Melo, entrou na governança dela, e por ser esta materia tão importante fez logo presente no senado que seria muito conveniente atender-se, com toda a consideração, a negocio tão necessário, como este».

Com a vontade firme de Garcia de Melo e a manifesta colaboração dos vereadores, como transparece do assento a que se alude, a Câmara arranja o dinheiro indispensável ou melhor, para usarmos os próprios termos do mesmo assento, «buscou o presidente mil cruzados por emprestimo». Com esta quantia o Senado adquire seis carros de duas rodas, «com que facilmente pudesse rodar uma cavalgadura». Em cada um dos carros andariam dois homens para limparem as ruas. Das condições impostas sobressaía esta, que a três séculos de distância ainda hoje poderia servir de exemplo: «são obrigados (os homens que andavam com os carros) a começar de madrugada a limpeza da freguesia que lhe tocar de tal modo que, até às nove horas, estará tudo limpo».

---

(88) *Elementos*, vol. VII, pág. 73.

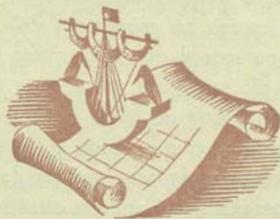
Passado algum tempo, a Câmara reconhece ainda a conveniência de serem utilizados também os antigos carros de mão. A falta, porém, de meios não permitia ao Senado resolver, como pretendia, este grave problema da limpeza da cidade. Reconhecia-o, no entanto, o enérgico presidente Garcia de Melo. «É a limpeza da cidade — lê-se na consulta de 31 de Maio de 1670, pelas consequências do dano que pode receber a saúde dela e, por ser a côrte assistida... de embaixadores e tão grande concurso de estrangeiros, como de ordinário nela residem — materia tão consideravel à utilidade publica, que o Senado, reconhecendo a importancia deste negocio, lhe tem aplicado, de alguns anos a esta parte, os meios que pareceram mais convenientes. . . »

★

Expirado o período de três anos, é Garcia de Melo afastado do seu cargo<sup>(59)</sup>. Uma nova orgânica iria, em breve, ser dada à administração municipal.

(*Continua*).

*Ferreira de Andrade.*



# EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO».

ANAIIS DO MUNICIPIO

ARCOS DE LISBOA

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

ESCULTURAS DE LISBOA

FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA

MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA

MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA

LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA

FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»

DESENHOS DE LINO ANTONIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

GUILA TURISTICO DE LISBOA

CHAFARIZES DE LISBOA

LUIS CHAVES

MONUMENTOS DE LISBOA

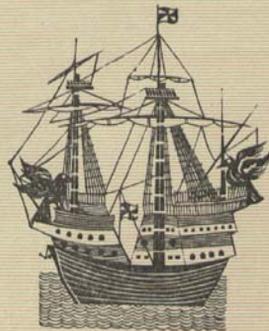
QUADROS FERRO

O CASTELO DE S. JORGE

COSTA GARCEZ

PORTAS E BRASOES DE LISBOA

LUIZ FERROS PONCE DE LEAO



COMPOSTO E IMPRESSO  
NAS OFICINAS GRÁFICAS  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

